

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As Políticas Municipais de Emprego e Empreendedorismo
Jovem e o Desenvolvimento Local em Portugal

Susana Isabel Barão Vital Rosa

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

As Políticas Municipais de Emprego e Empreendedorismo
Jovem e o Desenvolvimento Local em Portugal

Susana Isabel Barão Vital Rosa

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

*Aos meus filhos Simone e Gabriel,
cujas autonomizações vou procurando
antever e providenciar*

Agradecimento

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, para o João, companheiro de uma vida.

Agradeço à amiga/ irmã, Professora Sandra Mateus, que me estendeu a mão para poder embarcar nesta viagem e à professora Fátima Suleman, que me ajudou a desembarcar.

Agradeço as experiências profissionais que me colocaram neste caminho, para o qual venho agora dar o meu contributo. Este foi um trabalho gratificante, que espero possa apoiar o debate sobre políticas de autonomização dos jovens no desenvolvimento local, junto dos técnicos, responsáveis municipais e decisores.

Resumo

Tese de dissertação sobre as políticas municipais de emprego e empreendedorismo jovem em Portugal, como via de assegurar a autonomização e fixação dos jovens nos territórios e o papel das mesmas no desenvolvimento local. A partir de uma pesquisa qualitativa realizou-se o levantamento de uma amostra de medidas desenvolvidas pelos municípios, cruzando com análise documental de fontes secundárias relativas à interioridade e ao envelhecimento da população, concluindo que, na maioria dos casos, apesar de poderem constituir um contributo para o desenvolvimento local, carecem de uma estratégia coordenadora mais ampla.

Palavras-chave: Juventude, medidas municipais, emprego, empreendedorismo, desenvolvimento local

Abstract

Dissertation thesis on youth municipal employment and entrepreneurship policies in Portugal, as a way to ensure their emancipation and fixation in the territories and their role in local development. Based on qualitative research, a survey was carried out of a sample of measures taken by the municipalities, crossing with documentary analysis of secondary sources on the interiority and aging of the population, concluding that, in most cases, it can provide a contribution for local development but it misses a broader coordinating strategy.

Key-words: Youth, municipal measures, employment, entrepreneurship, local development

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	13
CAPÍTULO 1 Políticas de juventude ao nível macro e institucional.....	17
1.1. O conceito de juventude e a dimensão política da «juventude».....	17
1.2. As políticas de juventude e o conceito de Desenvolvimento Social	19
1.3. A evolução do apoio à autonomização juvenil nas políticas de juventude.....	22
CAPÍTULO 2 A autonomização dos jovens nas políticas de juventude ao nível micro e territorial ..	27
2.1. A governança ao nível local.....	27
2.2. O papel dos municípios na política de emprego	29
2.3. A autonomização dos jovens nas políticas municipais de juventude e o conceito de desenvolvimento local	31
CAPÍTULO 3 Estratégia metodológica	37
3.1. Definição do problema, objeto e objetivos do estudo.....	37
3.2. Metodologia e constituição da amostra	38
3.3. Técnicas de recolha e análise de dados	40
CAPÍTULO 4 Análise empírica	41
4.1. – Estado da arte sobre as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem implementadas no país	41
4.1.1. Subactividades das medidas, por regiões	43
4.1.2. Descrição das medidas por categorias das subatividades	48
4.1.2.1. Emprego.....	48
4.1.2.2. Empreendedorismo.....	51
4.1.2.3. Atividades indiferenciadas entre emprego e empreendedorismo	58
4.2. - O Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como instrumento de apoio ao desenvolvimento local.....	59
4.3. Municípios «Fora da Caixa».....	67
CAPÍTULO 5 Discussão de resultados	71
5.1. Políticas municipais de emprego e empreendedorismo na juventude - para que idades?.....	71
5.2. Parceiros e parcerias	72
5.3. A interioridade e as medidas municipais de autonomização dos jovens.....	75

Conclusão	79
Referências Bibliográficas	81
ANEXOS	85

Índice de tabelas e imagens

Tabela 1. Justificação para as áreas prioritárias de intervenção (2018-21).....	33
Tabela 2. Propostas de intervenção na área da juventude.....	34
Gráfico 1 – Distribuição do total das medidas, em percentagem, por regiões.....	41
Gráfico 2 – Medidas municipais de emprego e empreendedorismo Jovem da amostra, por regiões. 43	
Gráfico 3 – Subatividades das medidas municipais de empreendedorismo jovem, por regiões.....	44
Gráfico 4 – Subatividades das medidas municipais de emprego jovem, por regiões.....	46
Gráfico 5 - Subatividades das medidas municipais mistas de emprego e empreendedorismo jovem, por regiões.....	47
Figura 1 – Distribuição no mapa dos concelhos da amostra	59
Figura 2 – Territórios de baixa densidade de Portugal Continental.....	61
Figura 3 – Diagrama da amostra das medidas municipais de emprego e empreendedorismo Jovem, por densidade do território.....	76

Introdução

O tema do empreendedorismo tem acompanhado o percurso profissional da investigadora desde 2007 e o empreendedorismo juvenil/ escolar desde 2016, primeiro na administração pública central, no Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P., no programa Empreende Já e depois na administração local, no programa de educação empreendedora do Município de Alenquer.

O trabalho de reconhecimento das iniciativas de Emprego e Empreendedorismo Jovem desenvolvidas em outros concelhos começou por ser uma necessidade profissional, no sentido de tentar perceber tipologias de intervenção que trouxessem informação de apoio às medidas a implementar.

Tanto ao nível institucional, como ao nível local, a transição de jovens para a vida ativa não tem tido um acompanhamento consistente em termos de políticas, apoios e recursos. Partimos do pressuposto de que os territórios deveriam equacionar a forma como acolhem a sua juventude como um ativo primordial, como base do desenvolvimento local. As condições que são dadas aos jovens para essa transição irão conduzir a fixação da população ativa aos territórios, ao rejuvenescimento da população, à modernização da economia, à transmissão de conhecimentos e saberes às gerações mais novas.

Quando nos questionamos sobre o envelhecimento da população e a sustentabilidade das reformas, não ponderamos sobre o êxodo dos jovens para o exterior, qualificados pelo nosso sistema de ensino, que poderiam contribuir mais umas décadas para o desenvolvimento local e nacional.

A nível da competitividade dos territórios, parece-nos importante debater o modo como o emprego e empreendedorismo é desenvolvido a nível autárquico nas políticas de juventude e dar algumas pistas para reflexão.

A ideia de desenvolver este tema surgiu a partir do estudo de Vieira e Ferreira¹, “Juventude(s) do local ao nacional – que intervenção?” que desenvolveu um inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude de 308 municípios sobre:

1. os problemas que afetam os jovens em cada município,
2. as áreas prioritárias de intervenção nos mandatos de 2013/17 e 2018/ 21 e
3. as propostas de intervenção na área da juventude para 2018/21.

¹ Vieira; Ferreira; 2019

Tendo sido apurada a área do desemprego (75% das autarquias) e a precariedade laboral (48,6%) como a primeira e segunda área que mais afetam o público em questão ², constatou-se a necessidade de compreender como é que os municípios executam as iniciativas na área da juventude, de acordo com as prioridades e problemas identificados no inquérito, sistematizando uma amostra dessa intervenção, na área de emprego e empreendedorismo juvenil, apontada como prioritária neste estudo, na transição do ciclo político de 2018/21.³

A prática profissional da investigadora veio proporcionar contacto com o Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem⁴, iniciativa que visa reunir os municípios portugueses em torno desta questão, o que permitiu:

1. conhecer outros estudos realizados a jovens, sobre o seu conhecimento relativamente às medidas municipais existentes e as suas necessidades
2. obter informação sobre encontros de municípios acerca deste tema, assim como
3. aceder a uma base de boas práticas de iniciativas municipais de emprego e empreendedorismo jovem, dos municípios participantes, que serviu de base da amostra deste estudo.

Este estudo pretende, numa primeira fase, fazer um levantamento sobre as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem, percebendo em maior detalhe, ao nível do município (e não do somatório dos municípios da região), os contornos das iniciativas, de modo a servir de base de reflexão aos municípios que queiram desenvolver respostas nesta área.

Numa segunda fase, percebendo a relação do emprego e empreendedorismo jovem, nos municípios, com a área da população e demografia, procurou-se relacionar as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem com o combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios, como prioridade em municípios com uma média de população jovem menor e como fator importante para os municípios do interior.

Partindo da questão principal sobre o contributo das medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem para o Desenvolvimento Local, procurou-se perceber:

1. O estado da arte das medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem implementadas na amostra, para o qual, se
 - a. elencou a tipologia de medidas mais implementadas, por área de intervenção, região, idades dos destinatários e as principais tendências;
2. O Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como:
 - a. instrumento de combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios, para o que se levantou:

² Vieira; Ferreira; 2019, p.99

³ Vieira; Ferreira; 2019; p. 112

⁴ <https://pactoempregojuvem.pt>

- i. a situação demográfica nos concelhos da amostra, nomeadamente do Índice de Envelhecimento e a percentagem de população jovem;
- b. perceber a prioridade em municípios com uma média de população jovem menor, para o qual se procurou:
 - i. Identificar, nos municípios da amostra com menos jovens, que medidas municipais de emprego e empreendedorismo são desenvolvidas (e se são tidas como prioritárias);
- c. fator importante para os municípios do interior, que se considerou ao:
 - i. analisar a relação da interioridade com a presença de medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem por concelhos da amostra inseridos no interior;
 - ii. aferir a relação da interioridade com o esforço de alguns municípios no desenvolvimento de medidas de emprego e empreendedorismo jovem;

No levantamento da teoria existente sobre o tema, começamos por, numa abordagem top-down, mais macro e institucional (Capítulo 1):

- procurar o conceito de juventude e a forma como esta tem vindo a ser reconhecida politicamente, com a implementação de uma intervenção dirigida a uma faixa etária variável e cada vez mais alargada. (Ponto 1.1.);
- relacionando essa intervenção com as medidas de proteção social que foram sendo reconhecidas nos anos 90, a nível internacional, com a conferência de Copenhaga e o nascimento do conceito de Desenvolvimento Social (Ponto 1.2.);
- passando para os anos 2000, a questão da autonomização dos jovens revelou-se insuficiente, com o aparecimento de categorias como os “jovens NEET”, que demonstram a negligência da intervenção com os jovens na área da transição entre escola e mundo profissional, tendo o foco sido colocado na ocupação de tempos livres, surgindo o empreendedorismo na juventude como uma solução, por vezes forçada, de repor a dimensão da autonomia económica na intervenção com os jovens, esquecida há algumas décadas. Algumas medidas procuram soluções mais imediatas do que outras, das quais se destaca a educação empreendedora como estímulo de longo prazo à criação de uma cultura de autonomia e proatividade dos jovens (Ponto 1.3.).

Continuando o processo top-down para o nível mais micro, do território (Capítulo 2):

- a aplicação de políticas nacionais a nível regional e local depende de uma governança que foi necessário rever, na medida em que prevê modelos locais, alternativos, de construção de soluções para os problemas do território (Ponto 2.1),
- mais concretamente procurou-se rever a forma como os municípios intervêm na política de emprego: através de estímulos externos, como financiamentos europeus, através de respostas mais transversais como os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) ou de

respostas desenhadas e desenvolvidas pelos próprios municípios e seus parceiros (Ponto 2.2.);

- chegando à articulação sobre os municípios na intervenção com os jovens, mais concretamente, a relevância das políticas municipais de autonomização dos jovens, aplicadas através de medidas de promoção do emprego e do empreendedorismo jovem e articulando com o conceito de desenvolvimento local, defendendo que se trata de desenvolvimento local tanto pela perspectiva da construção de soluções pela “satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades ⁵, como pela associação que parece existir, por parte dos responsáveis dos municípios pela área da juventude, entre estas medidas e a necessidade de atração e fixação de jovens, como inversão da trajetória demográfica de envelhecimento e de decréscimo populacionais⁶ (Ponto 2.3.).

Partiu-se para a estratégia metodológica (Capítulo 3) com base na metodologia qualitativa de análise de conteúdo procurando fazer um estudo exploratório e, a partir de uma base online de boas práticas de iniciativas municipais de emprego e empreendedorismo jovem (Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem), constituir uma amostra de 30 municípios e de 40 iniciativas que nos pudesse ajudar a reconhecer as medidas (Capítulo 4) para:

- ter uma panorâmica sobre que iniciativas são mais e menos recorrentes nesta área (Ponto 4.1) e quais as respostas-tipo que nelas estão incluídas, com dados por regiões (4.1.1.) e descrição das medidas por categoria das subatividades (4.1.2.);
- relacionar com as questões do envelhecimento e desertificação dos municípios (através do índice de envelhecimento), perceber se estas medidas são uma prioridade em municípios com menos jovens e que relação existe entre a interioridade e a presença destas medidas, através da lista de territórios de baixa densidade⁷, assim como procurar aferir o esforço destes municípios para as implementar (ponto 4.2);
- descrever o caso de dois municípios com políticas que se distinguem nesta área (ponto 4.3).

Seguiu-se então para a análise do que se encontrou (Capítulo 5) relacionando com a teoria da primeira parte, destacando depois as principais ideias na Conclusão (Capítulo 6), com pistas para futuros trabalhos e ideias para decisores políticos.

⁵ Amaro, 2003, 57

⁶ Vieira, Ferreira, 2019, 141

⁷ AJAP, 2018

Políticas de juventude ao nível macro e institucional

1.1. O conceito de juventude e a dimensão política da «juventude»

“(…) A juventude é um grupo social heterogéneo, englobando raparigas e rapazes e/ou jovens mulheres e homens, pessoas LGBTI+, nacionais, migrantes, descendentes, refugiadas/os e deslocadas/os em diferentes condições socioeconómicas, com deficiência, que habitam em contexto rural ou urbano, entre diversas outras características, situações ou condições que são parte da sua identidade e influenciam ou, muitas vezes, determinam o acesso bem-sucedido ou a efetivação dos seus direitos.

Sendo um período particularmente complexo na vida das pessoas jovens — num curto espaço de tempo terminam, interrompem ou abandonam a escola, tentam ou conseguem inserir -se no mercado de trabalho, tentam ou conseguem sair de casa, poderão formar uma família —, é, também, um período potencialmente rico para o País, na medida em que as pessoas jovens podem, devem e, de facto, contribuem para a inclusão e coesão social, democracia, sustentabilidade e desenvolvimento económico e social.”⁸

O conceito de juventude enquanto categoria social só adquiriu alguma consistência a partir da modernidade, quando se começou a prolongar o tempo de passagem entre a conclusão da escolaridade e a entrada no mercado de trabalho, em prol da aquisição de conhecimentos e qualificações formais que, desde há algumas décadas, mantêm os jovens afastados da esfera produtiva e dependentes da família durante períodos cada vez mais longos.⁹

A partir da década de 70, a juventude transformou-se numa espécie de categoria económica. Os jovens associavam-se à crise económica e aos problemas dela decorrentes, fundamentalmente no âmbito do emprego¹⁰. A globalização proporcionada pela modernidade tardia trouxe a universalização da escolaridade, o prolongamento do percurso escolar e transformações no mercado de trabalho e no acesso à habitação, mudando o carácter previsível e estruturado da transição para a vida adulta¹¹.

⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro

⁹ Sagnier e Morell (Coords.); 2021, p.12

¹⁰ Doutor, 2016 in Sagnier e Morell (Coords.); 2021, p.12

¹¹ Sagnier e Morell (Coords.); 2021, p.15-16

A institucionalização de organismos deliberativos e técnicos especificamente dedicados à Juventude, no âmbito da ação do Estado e das suas políticas públicas acontece em Portugal a partir de 1985, como estratégia de modernização do Estado português e de «europeização» das suas políticas, numa tentativa de aproximação às políticas promovidas pela União Europeia cuja integração estava em curso e viria a ser formalizada em 1986¹²

O X Governo Constitucional constituiu uma Secretaria de Estado de Juventude, uma Direção Geral da Juventude e um Conselho Consultivo da Juventude na sequência da comemoração pelas Nações Unidas do Ano Internacional da Juventude. É criado em 1988 o Instituto Português do Desporto e da Juventude e cinco anos mais tarde as Delegações Regionais, no sentido de articular os múltiplos níveis de decisão e intervenção, à escala europeia, nacional e regional.

O público alvo das políticas de juventude era até aí sobretudo relativo a medidas tutelares e educativas, com a atribuição de passes para estudantes, passes sociais, desenvolvimento do estatuto de trabalhador-estudante, sob a alçada da Secretaria de Estado da Educação e da Juventude.

A partir de 1985 emergiram medidas que visavam o apoio à autonomização juvenil, nomeadamente através dos conceitos de:

- Juventude- consumidora, com medidas como o cartão jovem,
- Juventude em dificuldades de autonomização (em termos laborais e habitacionais), com medidas de apoio à compra de habitação permanente e à transição da escola para o trabalho,

A adicionar à imagem de Juventude-problema com medidas tutelares e de prevenção da criminalidade juvenil, no âmbito da justiça.

A institucionalização das políticas de juventude que a partir daí decorreu, procurou responder à diversidade sociocultural, educativa, de emprego e habitação das realidades dos jovens do país e incorporou o movimento que veio fazer surgir o conceito de Desenvolvimento Social, que surge nos anos 90, com a perceção dos problemas sociais do desenvolvimento.

¹² Vieira e Ferreira (Coords.); 2019; p.21-22

1.2. As políticas de juventude e o conceito de Desenvolvimento Social

Os anos 90 foram uma década fértil em conferências promovidas pelas Nações Unidas nas quais se procuravam estabelecer compromissos entre países membros que asseguravam níveis mínimos de bem-estar social, fixando-se limites mínimos das respetivas garantias (ao nível da educação, saúde, salário mínimo, rendimento mínimo, etc.).

A conferência de Copenhaga em 1995 trouxe-nos políticas revolucionárias, políticas sociais mínimas que pela primeira vez não dependiam do trabalho do beneficiário, mas da sua condição, como é o caso dos jovens, cujo apoio vinha a ser reconhecido desde a década anterior. O conceito de Desenvolvimento Social tende a estabelecer políticas e parcerias que se podem limitar a aspetos sociais ou incluir a vertente económica.

Se a Conferência de Copenhaga terá marcado o nascimento do conceito de Desenvolvimento Social (conceito fortemente institucional e que traduz um movimento de cima para baixo) grande parte da responsabilidade pelo seu nascimento surge do conceito de *Basic Needs*, oriundo dos anos 70 e antes disso das experiências de terreno que desde os anos 60 verificavam a falência das diretrizes do modelo *growth-centered* em vigor e que se veio a traduzir na expressão «Desenvolvimento Comunitário». Esta expressão gerou uma fileira, a fileira das pessoas e das comunidades ou seja, “*people-centered*”.¹³

A dimensão política da «Juventude» em Portugal, refletia o movimento internacional de apoio da sociedade civil a essa faixa etária da população. A interligação com o conceito de desenvolvimento social defende que o surgimento deste último incorporou as experiências do terreno que procuravam assegurar níveis mínimos de bem-estar social, e veio a enquadrá-las no âmbito das conferências das Nações Unidas.

Duddley Seers foi o primeiro, em 1969 a denunciar abertamente o desfasamento entre desenvolvimento e qualidade de vida. Com uma comunicação intitulada “O Significado de Desenvolvimento” anunciou no 11º Congresso Mundial da *Society for International Development*

“As perguntas a serem feitas sobre o desenvolvimento de um país são: O que tem acontecido com a pobreza? O que tem acontecido com o desemprego? O que tem acontecido com a desigualdade? Se um ou dois desses problemas centrais estão piorando, especialmente se todos os três estão, seria estranho chamar o resultado de “desenvolvimento”, mesmo que o rendimento per capita tenha dobrado.”¹⁴

¹³ Amaro, 2003, p.18

¹⁴ Arndt, 1987, p. 91

Assim, o conceito de desenvolvimento deveria ser redefinido como um ataque seletivo às piores formas de pobreza. Nos anos seguintes o debate instalou-se e indicadores como emprego, igualdade, erradicação da pobreza e satisfação das necessidades básicas passaram a ser objetivos das novas estratégias de desenvolvimento.

Midgley define desenvolvimento social como um “processo de mudança social planeada para promover o bem-estar da população como um todo em conjunto com um processo dinâmico de desenvolvimento económico.” Para o autor, esta abordagem do desenvolvimento social supera outras abordagens ao enquadrar a questão do financiamento.

“Enquanto outras abordagens de promoção do bem estar social, como a filantropia, o trabalho social e a administração social têm ligações tangenciais com o desenvolvimento económico, nenhuma harmoniza os objetivos económicos e sociais dentro de um processo de desenvolvimento mais vasto.”¹⁵

Por outro lado, quer a corrente assistencialista seja residual (só para os mais necessitados) ou institucional (num envolvimento extensivo do Estado no processo) ambas criam subsidiariedade e dependência e uma relação pouco satisfatória entre a política social e a economia. O conceito de Desenvolvimento Social supera esta lacuna “vinculando o bem-estar social diretamente às políticas e programas de desenvolvimento económico.”¹⁶

O autor compara países europeus onde se conseguiu um equilíbrio entre desenvolvimento económico e social. Países como Áustria, Suécia e Suíça possuem os níveis de vida mais elevados não só pelos seus sucessos económicos, mas pelos seus sistemáticos esforços para promover o desenvolvimento social. (“Investiram extensivamente em capital social e humano e têm níveis elevados de escolaridade, amplos serviços sociais e de saúde e formas eficazes de proteção social.”¹⁷

Nesta abordagem o Estado pode desenvolver um papel de intermediário, designado pelo autor por *managed pluralism*, no qual integra instituições económicas e de bem-estar, assim como gere a participação do mercado, comunidade e sector público.

Na perspetiva “institucional” sustenta-se que os diferentes sectores, Estado, mercado e comunidade, se podem mobilizar para alcançar os objetivos do desenvolvimento social. No entanto, para Midgley, em 1995 (no ano da Conferência de Copenhaga) a forma como o desenvolvimento social deveria ser atingido estava longe de ser consensual e variava conforme os contextos. “...proponentes de estratégias diferentes de desenvolvimento social colocam ênfases diferentes no seu patrocínio e, portanto, na base organizacional para o desenvolvimento local”.¹⁸

¹⁵ Midgley, 1995, p. 1

¹⁶ *idem*

¹⁷ *idem*, p.6.

¹⁸ Midgley, 1995, p. 149

Se os adeptos de uma “abordagem mais estatal” defendiam que os programas de desenvolvimento social devem ser formulados e implementados pelas agências governamentais a um nível central, os «comunitários» consideravam que seria um trabalho mais eficaz se partisse do nível local, através das populações locais. Nesta perspetiva aceita-se, por outro lado, a contribuição das ONG na promoção do desenvolvimento local. “Eles acreditam que essas organizações fornecem uma base organizacional mais eficaz para o desenvolvimento social do que as agências governamentais, que muitas vezes acusam de serem ineficientes, remotas e até corruptas”¹⁹.

Uma terceira facção, “os individualistas”, critica a intervenção estatal, pois reforça a dependência e não fomenta a responsabilidade de cada um na criação do seu bem-estar. Na sua maioria, os individualistas defendem a criação de agências semigovernamentais que intervenham como as agências comunitárias de desenvolvimento no apoio ao empreendedorismo. Para além disso, defendem a introdução de incentivos fiscais, crédito facilitado e outras medidas que promovam uma abordagem empresarial do desenvolvimento social.

Para Midgley existem três formas através das quais o desenvolvimento social poderia compatibilizar as vertentes económica e social:

- Criar acordos formais entre organizações através dos quais políticas económicas e sociais possam ser integradas;
- Assegurar que o desenvolvimento económico tem um impacto direto no bem-estar de todos os cidadãos, através da integração de políticas sociais e económicas (e de uma correspondência efetiva entre crescimento económico e aumento dos rendimentos da população);
- Fomentar políticas e programas sociais que contribuam positivamente para o desenvolvimento económico.

Estas três vias de integração dos desenvolvimentos económico e social procuram esbater, em vez de acentuar, as diferenças entre os dois domínios e assim conseguir melhorar o sistema de bem-estar. “Embora tenham características distintas, a harmonização dos dois oferece atualmente a melhor perspetiva de promoção do bem-estar humano hoje.”²⁰

¹⁹ idem, p.149-50

²⁰ Midgley, 1995, p.161

1.3. A evolução do apoio à autonomização juvenil nas políticas de juventude

Se no fim dos anos 80 em Portugal despertamos para a categoria política de «Juventude» como uma faixa transversal e diversa de população, cuja emancipação tardava em acontecer (apesar de uma escolaridade cada vez mais elevada) a qual seria necessário ocupar com iniciativas diversas, a componente de apoio à juventude em dificuldades de autonomização não foi uma prioridade, a deduzir pela forma como foi crescendo uma massa de jovens que deixaram os estudos e não se encontram a trabalhar, a que no princípio dos anos 2000 se veio a chamar de jovens NEET (Neither in Employment, Education or Training).

No que diz respeito a novas políticas relativamente aos jovens e à sua autonomização, o surgimento da categoria jovens NEET reflete o crescimento cada vez maior do desemprego jovem a nível europeu e a desocupação dos jovens sem perspetivas de empregabilidade, levando ao lançamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ) em 2013 como resposta para a juventude, perante o agravamento da dependência desta faixa de população, a sua precaridade laboral e a transversalidade deste fenómeno na Europa. De acordo com o inquérito ao emprego do INE, I.P., no final do 3.º trimestre de 2013 encontravam-se desempregados cerca de 136 mil jovens.

Os dispositivos institucionais, criados no fim do século XX, e as respostas desenvolvidas, aparentemente não foram suficientes para satisfazer esta grande questão. O foco nas respostas de voluntariado, ocupação de tempos livres e mobilidades assegura a criação de experiências mas o emprego e empreendedorismo são áreas cada vez mais prioritárias para os jovens²¹, o que reforça a necessidade de políticas e parcerias que não têm de “se limitar a aspetos sociais mas também incluir a vertente económica”^{22 23}

À medida que os níveis de desemprego aumentam, os decisores políticos podem procurar o empreendedorismo como uma via de redução do desemprego. O empreendedorismo jovem não é uma panaceia para resolver o problema do desemprego dos jovens, mas pode facilitar a entrada no mercado de trabalho para um grupo limitado de jovens com a ambição e os meios para se tornarem empreendedores.²⁴

²¹ Vieira e Ferreira; 2019

²² idem

²³ “Perante os desafios que são colocados ao País, pelo declínio demográfico, o despovoamento do interior e os desafios económicos e sociais que enfrentamos no contexto da pandemia e das alterações climáticas, o robustecimento das políticas públicas de juventude assume uma importância cada vez maior no planeamento estratégico das diversas políticas setoriais a longo prazo. A sua sedimentação depende, desde logo, da qualidade das políticas e da capacidade prospetiva de decisores e instituições (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018).

²⁴ Policy Brief on Youth Entrepreneurship – Entrepreneurial Activities in Europe; 2012

Algumas evidências revelam que os jovens se entusiasmam com a ideia de iniciar negócios, no entanto poucos jovens o concretizam realmente e as taxas de fracasso destes excedem as dos grupos populacionais mais velhos devido a uma série de barreiras que afetam o empreendedorismo jovem em áreas como competências, redes e financiamento, barreiras que muitas vezes são específicas para os jovens ou mais severas para jovens do que para os adultos.²⁵

Os programas de empreendedorismo podem desempenhar um papel relevante. A evidência sugere que, quando projetados adequadamente, os programas governamentais podem ter impactos significativos no aumento da taxa de saída dos jovens do desemprego, com resultados razoáveis na relação custo-benefício.²⁶

Medidas como:

- apoio ao desenvolvimento de competências de empreendedorismo, incorporando o ensino do empreendedorismo em todo o sistema educacional,
- fornecendo informações, conselhos, formação e mentoria,
- facilitando o acesso ao financiamento e
- oferecendo apoio de infraestruturas para a abertura de empresas

podem ser importantes.²⁷ A literatura sugere que as políticas públicas diminuem o desemprego pelo empreendedorismo mas não promovem, necessariamente, o crescimento económico²⁸ podendo ser encarado como uma estratégia para fazer face às sequelas do desemprego.

Para os desempregados que pretendem vir a criar outros postos de trabalho para além do seu, conclui-se que as medidas ativas do mercado de emprego (como incentivos a start-up, formação) podem estimular o empreendedorismo e por isso representam uma ferramenta importante na mitigação do problema do desemprego na Europa, incluindo o desemprego jovem.²⁹

Sobre o acesso ao financiamento, por vezes obtido através de políticas que procuram a transição do desemprego para o autoemprego, estas nem sempre corresponderam às expectativas, desde logo porque alguns estudos concluem que o autoemprego nem sempre é a melhor solução³⁰, inclusivamente o autoemprego que surge dos benefícios do desemprego apresenta um impacto negativo, com os jovens entre os 18 e os 24 anos a demonstrarem a

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Batista e Thurik, 2007 in Nobre, 2015, p.3

²⁹ Zouhar; Lukes; Hörisch; Tosun; 2015, p.8

³⁰ Idem

mais baixa taxa de envolvimento em fases iniciais de atividade empresarial, proveniente da situação de desemprego e os jovens entre os 25 e os 34 anos a mais alta (5.27%)³¹

Não obstante, os apoios institucionais são um estímulo ao empreendedorismo pelo capital inicial que representam. Em casos de necessidade (empreendedores por falta de alternativas) não teria sido possível avançar e em casos de oportunidade (os empreendedores que aguardavam por uma possibilidade) são vistos como uma forma de rentabilizar recursos.³²

O autoemprego pode ser uma forma de reduzir desemprego em geral e o dos jovens em particular. No entanto, é necessário distinguir entre o empreendedorismo que surge como último recurso (sem inovação nem criação de outros postos de trabalho) e o mais ambicioso que pode vir a combater o desemprego através da contratação de terceiros.³³

Alguns estudos sustentam que no caso de alguns países, dos quais destacam Portugal, o excessivo autoemprego existente no mercado produz efeitos adversos e que em geral o efeito “empreendedor” é mais forte nos países mais desenvolvidos.³⁴ No entanto, as conclusões de Ferreira sobre o financiamento do empreendedorismo em Portugal, com base num programa público português denominado Montante Único³⁵ sustentam que “as restrições financeiras são uma barreira importante para a criação de empreendedorismo, uma vez que o alívio destas restrições resulta num aumento da probabilidade de um indivíduo desempregado se tornar empreendedor”³⁶, para além de “ não se encontrar evidência de uma queda no efeito do programa na taxa de sobrevivência de empresas com mais de 3 anos, o que poderia ser expectável caso os indivíduos apenas decidissem beneficiar do programa para maximizar os benefícios inerentes aos Subsídios ao Desemprego, ou seja, receber o valor total do subsídio em apenas uma tranche”.³⁷

Um exemplo de financiamentos ao empreendedorismo jovem é o programa “Empreende Já”, que integrava o Plano Nacional para uma Garantia Jovem e se destinava a jovens NEET com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos de idade.

Na edição de 2016-18 verificou-se grande proeminência do escalão etário compreendido entre os 24 e os 28 anos com o ensino secundário concluído ou graduados do ensino superior (licenciatura e mestrado).³⁸

³¹ Idem, ibidem.

³² Nobre, 2015, 7

³³ Zouhar; Lukes; Hörisch; Tosun; 2015, p.3

³⁴ Zouhar; Lukes; Hörisch; Tosun; 2015.

³⁵ Ferreira, 2022. “Este programa possibilita, a qualquer pessoa abrangida pelo Subsídio de Desemprego, receber antecipadamente o valor total dos seus subsídios para iniciar um negócio. Para permanecerem no programa, os indivíduos não podem auferir qualquer tipo de rendimentos do trabalho para além do seu negócio durante um período de três anos. Se esta condição não for cumprida, os participantes terão que devolver o montante total recebido.” p.9

³⁶ Ferreira; 2022; p.33

³⁷ Idem.

³⁸ Relatório de avaliação final, Avaliação externa da 1ª e 2ª edição do Programa Empreende Já, Instituto Politécnico de Bragança, IPDJ, I.P., dezembro 2018, p.401

88,8% dos jovens consideraram a sua participação no projeto positiva, na medida em que esteve de acordo ou superou as expectativas e na sequência da eventual criação de um negócio, 94% acreditavam que o mesmo poderia levar à criação de outros postos de trabalho para além do seu e 85,3% considerava possível encontrar financiamento para o seu negócio.

Os principais pontos fortes deste programa foram³⁹:

- Numero de jovens envolvidos (593 jovens que criaram 182 projetos de empreendedorismo, apoiados com 10.000€ cada);
- Programa de formação em competências empreendedoras adequado ao cumprimento dos objetivos a atingir;
- Nível de qualificação e formação dos jovens participantes;
- Criação de novas empresas no tecido económico nacional, com soluções inovadoras no setor social do país;
- Criação de novos postos de trabalho, qualificados, resultantes do processo de criação de novas empresas;

Pontos fracos:

- Ausência de programa de tutoria e acompanhamento, após a criação das empresas, aos jovens empreendedores;
- Dificuldades de obtenção de financiamento para além do obtido no programa para as iniciativas empresariais lideradas pelos jovens.⁴⁰

Para os decisores que pretendam incrementar o empreendedorismo, deverá ser tido em consideração que os jovens entre os 25 e os 34 anos são os que apresentam maior adesão.⁴¹

Ao projetar e implementar programas de empreendedorismo jovem, os decisores devem prestar atenção especial ao facto de, se o objetivo da política é o sucesso empresarial, também se deve favorecer o apoio ao empreendedor após a criação da empresa. A alta concorrência dos setores para os quais o empreendedorismo juvenil está atualmente inclinado, deve associar o financiamento inicial a um apoio mais intenso ao desenvolvimento dessas empresas.

Para além disso, é importante fornecer pacotes integrados de suporte em vez de depender de um único instrumento de apoio estritamente definido. Por exemplo, o ensino do empreendedorismo pode precisar de ser seguido de apoio para transformar essas intenções e competências em negócios, assim como a eficácia do fornecimento de financiamento será reforçada quando complementada por aconselhamento, coaching e networking.⁴²

³⁹ Idem.

⁴⁰ idem

⁴¹ Policy Brief on Youth Entrepreneurship – Entrepreneurial Activities in Europe; 2012.

⁴² Idem

Para concluir, uma nota ainda sobre a educação para o empreendedorismo, como medida de longo prazo, que visa lançar sementes para depois colher, ao fornecer aos alunos o conhecimento, as competências e a motivação para incentivar o sucesso empresarial uma vez que pretende desenvolver nos alunos as características de risco e tomada de decisão, inovação, arbitragem e coordenação de fatores. Para além disso, pode aumentar a autoeficácia empreendedora, o autoemprego e a atitude de risco do empreendedor uma vez que ajuda a perceber as oportunidades e treina as competências para as aproveitar.⁴³

A rede Eurydice, que analisa a organização e funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus, salienta a educação para o empreendedorismo como um dos principais objetivos políticos das instituições da EU e dos Estados Membros “num contexto de elevado desemprego juvenil e crise económica ...para fornecer as competências, conhecimentos e atitudes consideradas centrais para o desenvolvimento de uma cultura empresarial na Europa”, sendo a empregabilidade um objetivo comum em todas as estratégias de educação para o empreendedorismo dos 38 sistemas educativos analisados.^{44 45}

⁴³ Hussain; Bhuiyan; Bakar; 2014; p.562

⁴⁴ Eurydice, 2016

⁴⁵ A Educação para o Empreendedorismo figura no Ministério da Educação como competência-chave da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, mobilizadora de saberes nucleares e transversais, que os alunos devem possuir à saída da Escolaridade obrigatória (DGIDC, 2006).

A autonomização dos jovens nas políticas de juventude ao nível micro e territorial

2.1. A governança ao nível local

A administração centralizada e muito burocratizada tem sido apontada como uma das causas da ineficiência das políticas públicas em Portugal, na sua tradição excessivamente legalista, pouco participada e pouco sensível às necessidades dos cidadãos. O conceito de governança tem surgido como via para desenvolver processos participados, integrando as partes interessadas da economia e da sociedade civil.⁴⁶

Algumas causas que têm levado à transição para modelos de governança na Europa ocidental⁴⁷ prendem-se com:

- a internacionalização das economias,
- uma maior procura do setor privado para ser envolvido nas decisões públicas (que pressiona os mecanismos tradicionais de democracia representativa),
- a europeização das políticas públicas,
- novos desafios às políticas dos poderes locais (que estão relacionados com a internacionalização da economia, altos níveis de imigração, a degradação do ambiente, o envelhecimento da população, fatores que afetam diretamente os órgãos políticos locais como reguladores e dispensadores de serviços sociais),
- mudanças na participação política dos cidadãos, mais insatisfeitos com os resultados dos mandatos desde os anos 70, mais cínicos para com a política, mais absentistas, mais interessados em participar em grupos de interesse menos convencionais, que leva os políticos a procurarem formas alternativas de governação, construindo pontes com novos grupos de interesse e envolvendo os cidadãos para além do processo representativo,
- o contexto local e a sua maior ou menos permeabilidade aos fatores enunciados acima.

Independentemente do modelo mais “autoritário” ou mais colaborativo, de governo sem governança ou de governança com governo mínimo, através da transferência generalizada de poderes para a sociedade civil e para os atores económicos,

“importa perceber que, em função dos problemas e dos domínios em causa, assim as políticas públicas deverão recorrer a diferentes (...) modos de regulação. E importa igualmente ter presente que apenas o Estado tem legitimidade e capacidade para

⁴⁶ Ferrão, 2015, 328

⁴⁷ John, 2001, 9-14

desenvolver formas de regulação e de redistribuição que garantam a salvaguarda do interesse público, dos direitos legalmente consagrados e, mais genericamente, dos objetivos de equidade, justiça e segurança”.⁴⁸

O território surge como um “fator agregador de políticas e de atores em torno de uma estratégia comum, introduzindo maior eficácia e eficiência de ações públicas desenvolvidas no quadro de parcerias e de modos de governança mais ou menos alargados e flexíveis”⁴⁹. Até aqui, “o essencial do modo como o território nacional é estruturado e organizado tem dependido, sobretudo, de políticas setoriais poderosas (transportes, PAC) e das lógicas de funcionamento dos mercados fundiário e imobiliário.”⁵⁰

“A designação ‘desenvolvimento territorial’ tende a substituir as expressões convencionais de desenvolvimento regional, desenvolvimento local e mesmo de desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural”⁵¹ porque introduz uma

“nova visão dos processos de desenvolvimento de base territorial não rigidamente compartimentados por escalas ou níveis administrativos (transnacional, nacional, regional, local) ou por categorias de espaço (urbano, rural), a par com a multigovernança (multinível e multiescala) e os espaços relacionais não coincidentes com delimitações político-administrativas (bacias de emprego, ecossistemas territoriais de inovação, etc.) que ganham relevância como peças fundamentais na formulação e concretização de políticas públicas cuja eficácia e eficiência resulta da sua adequação às necessidades, prioridades e capacidades dos atores, privados e públicos, de espaços pertinentes para o efeito”⁵²

Nos últimos anos assiste-se a uma alteração de paradigma ao transformar as autarquias num pivot de ação política, com uma ação mais participada, na procura de soluções que vão ao encontro das necessidades das populações locais.

“Em Portugal, a territorialização das políticas públicas constitui uma tendência recente. No país, marcado por um forte centralismo governativo, têm vindo a ganhar terreno (...) as vantagens – em aprofundamento democrático, em eficácia na resolução de problemas – de uma governança assente numa política de proximidade.”⁵³

As experiências mais interessantes na relação políticas públicas/ território têm sido sobretudo resultado de estímulos externos, como as intervenções integradas de base territorial (Leader, Urban, Equal DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, etc) e

⁴⁸ Ferrão; 2015; 329

⁴⁹ Ferrão, 2015, 332

⁵⁰ idem

⁵¹ Ferrão, 2015, 333

⁵² Idem

⁵³ Ferreira, T.; Marinho, L.; Vieira, M. M.; Ferreira, V.; 2019, 2

de forma bastante mais incipiente, com a pressão comunitária para uma maior territorialização das políticas setoriais.⁵⁴

A governança multinível será uma área a explorar nas políticas do território. Os debates sobre como aumentar a capacidade de cidadãos, cidades e regiões dos diversos estados-membros a influenciarem e participarem ao longo das diversas fases do ciclo de políticas comunitárias através de processos ascendentes (bottom-up) devem ser desenvolvidos, garantindo que os processos não funcionem apenas numa ótica descendente (top-down).⁵⁵

2.2. O papel dos municípios na política de emprego

Uma aplicação da governança ao nível local pode ser o papel dos municípios nas políticas de emprego que, não sendo uma área originalmente da competência das autarquias, tem nestas um importante suporte para colmatar as necessidades dos territórios e dos cidadãos.

“O desenvolvimento do emprego local é claramente importante para as comunidades regionais e locais (...). É cada vez mais reconhecido que os objetivos de emprego nacionais e europeus – particularmente a Estratégia de Emprego – não podem ser alcançadas sem o envolvimento ativo de atores a nível regional e local.”⁵⁶

O benefício-chave desta estratégia é uma governança local melhorada. Através da mobilização de atores locais e reconhecendo as necessidades e potencial de uma localidade em particular, uma intervenção pode simultaneamente criar uma vasta oferta de empregos que reduza o desemprego e preencha as necessidades locais.

O Manual disponibilizado pela Comissão Europeia prevê vários níveis de intervenção e fundos para os aplicar, como o EQUAL, Leaser+, Urban II, ERDF (European Regional Development Fund). Enquanto território, o nível municipal poderá ser mais apropriado para um modelo de integração de grupos desfavorecidos e uma sub-região ou região mais apropriada para a captação de investimentos ou desenvolvimento de infra-estruturas.⁵⁷

Numa pesquisa sobre o empreendedorismo que surge como “necessidade” ou como “oportunidade” a partir das medidas de apoio como Iniciativas Locais de Emprego (ILE’s) e à Criação do Próprio Emprego (CPE’s), em 24 casos, 13 (54%) empreenderam por oportunidade de desenvolver um projeto que ambicionavam ter. “Nos restantes 11 está

⁵⁴ Ferrão, 2015; 333

⁵⁵ Ferrão, 2015, 335

⁵⁶ European Commission, 2004

⁵⁷ Idem

patente não só a falta de alternativas e a necessidade de subsistência, mas também a evidência de um desligamento e receio de investir nesta atividade.”⁵⁸

As Iniciativas Locais de Emprego (ILE's) caracterizam-se por apoiar projetos de criação de empresas que geram novos postos de trabalho (para desempregados/as involuntários/as, e jovens à procura do primeiro emprego) com o objetivo de dinamizar as economias locais. A ideia é criar empregos com base na necessidade local de melhorar a qualidade de vida, assente numa nova organização do tecido económico e social local, bem como na intervenção de novos agentes assumindo a responsabilidade por atividades-chave locais dentro desta organização.⁵⁹

Um resultado desta medida específica de emprego pode ser que o emprego recentemente criado compita com o que já existe, com funções bem definidas e contratos reais de emprego, com um efeito de desregulamentação do emprego existente no setor, o que poderá ter um grande impacto sobre a força de trabalho feminina.⁶⁰

No que diz respeito ao apoio ao emprego, na investigação conduzida por Vieira e Ferreira (2018), cerca de 67% dos municípios indicava ter gabinetes de inserção profissional e 62% gabinetes de apoio ao empreendedorismo. Cerca de 25% dos municípios referia possuir gabinetes de orientação vocacional e profissional. Este poderá ser o panorama possível da forma como a maior parte dos municípios trabalha a área do emprego.

Na literatura encontrada destacam-se dois municípios portugueses pelo seu papel na política de emprego, tanto no apoio ao empreendedorismo, como no apoio ao emprego.

Em Cascais, a criação da Agência DNA Cascais em 2007, com o objetivo de promover o empreendedorismo em geral, com especial incidência no empreendedorismo jovem e social, pretendia «apoiar a fixação das pessoas ao território de Cascais, onde pudessem desenvolver os seus projetos num ambiente criativo e competitivo [o que] coloca em prática a interligação entre empreendedorismo e o desenvolvimento local»⁶¹ em que se aposta na concretização de ideias da população local e de uma atitude mais favorável ao empreendedorismo.

O Município do Fundão também se tem destacado pela prioridade dada, ao longo dos últimos anos, a uma estratégia para atrair investimento, criar emprego e fomentar a inovação com o objetivo de promover a economia local e desenvolvimento, marcado pela globalização e pela digitalização. A sua estratégia de criação de um ecossistema que facilite a atração de investimento, pessoas, criar empregos e proporcionar novos mercados para empresas,

⁵⁸ Nobre, 2015, 5

⁵⁹ Jepsen; Meulders; 2018, 445

⁶⁰ Idem, 459

⁶¹ Valente, Dantas, Dominginhos, 2012, 9

produtos e serviços ficou conhecido pelo propósito essencial de atuar decisivamente sobre todos os fatores que contribuem para a competitividade e atratividade de um território.⁶²

2.3. A autonomização dos jovens nas políticas municipais de juventude e o conceito de desenvolvimento local

O movimento das políticas de Juventude, das estruturas internacionais ao nível local, numa aproximação aos jovens, nos seus contextos locais, transformando “a tradicional forma de fazer *great politics* em formas de *grounded policies*”⁶³) sintonizadas com a realidade da diversidade juvenil e territorial, pode inserir-se no conceito de desenvolvimento local, já que visa a “satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas.”⁶⁴, sendo um conceito que cruza a perspetiva mais académica do território com as experiências mais empíricas, do terreno, que demonstraram viabilidade⁶⁵.

Sendo um processo de mudança de base comunitária, tem como origem as necessidades da comunidade, às quais se procura responder, em primeiro lugar, com recurso às capacidades locais, fazendo parte do paradigma territorialista que entende o desenvolvimento *from below*.⁶⁶ O reforço das pessoas e das comunidades através do aumento das suas capacidades (empowerment) é uma condição para a participação e liderança.⁶⁷ No entanto também se reconhece que o desenvolvimento local não é autossuficiente, pelo que não se rejeita a necessidade de utilizar recursos exógenos, desde que completem ou potenciem os recursos endógenos⁶⁸.

“A visão integrada do contexto em que o problema se manifesta e das respostas que se lhe adequam é outra das componentes-chave do conceito [de desenvolvimento local]. Tal pressupõe uma lógica de parceria, de trabalho conjunto entre instituições formais e informais, empresas, cidadãos e administração pública, com um empenhamento e participação direta de todos os intervenientes e com impacto tendencial em toda a comunidade.”⁶⁹

⁶² Rodrigues, Franco, 2021, 5

⁶³ Vieira e Ferreira; 2019; 24

⁶⁴ Amaro, 2003, 57

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Moreira e Crespo, 2011, 42

⁶⁷ Friedmann, 1992 in Moreira e Crespo, 2011; 42

⁶⁸ Idem

⁶⁹ Moreira e Crespo, 2011; 42

Partimos da questão sobre a aposta dos municípios na criação de respostas para a autonomização dos jovens poder ser um fator estratégico da sua atração e retenção e um instrumento de combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios.

A partir de uma pesquisa realizada em 2018, apurou-se que os municípios consideram que os principais problemas que afetam os jovens do seu concelho prendem-se sobretudo com as condições laborais (desemprego 75% a precaridade laboral 48,6%)⁷⁰

“O modo como os municípios tendem a encarar os jovens parece estar alinhado com a Estratégia Europeia da Juventude e com as orientações do Livro Branco da Juventude⁷¹, apostando na participação dos jovens, no incentivo de atividades de voluntariado, na tomada de medidas que fomentem a empregabilidade e o empreendedorismo, mas com especial incidência nas atividades de lazer e tempos livres.”⁷²

No Alto-Tâmega Douro e Trás os Montes a maioria das autarquias (mais de 80%) identificam a criação de emprego e apoio ao empreendedorismo como prioridade política. Na área Metropolitana de Lisboa e Oeste o emprego e empreendedorismo surge com menor preponderância nas opções políticas dirigidas à área da juventude para 2018-21.⁷³ No caso do emprego e empreendedorismo, a interioridade parece constituir um importante fator na distribuição da expressão desta área pelo território português. É sobretudo no interior norte que a expressão é mais significativa.

Para além dos problemas dos jovens (1), os municípios eram convidados a responder sobre as suas áreas prioritárias de intervenção com os jovens para 2018-21 (2), a justificar essas áreas (3) e a referir que propostas de intervenção tinham prevista para 2018-21 na área da juventude (4).

Apesar do desemprego ter sido o problema dos jovens mais identificado pelas autarquias (74,5%) e a precaridade laboral ter ficado em segundo lugar (48,6%), parece existir uma incapacidade de agir a nível dos municípios nesta área, ou um desencontro entre o que os municípios identificam como problema dos jovens e as áreas propostas para desenvolverem a sua intervenção para este público (37,8% dos municípios propunham incentivo à criação de postos de trabalho e 36,7% iniciativas de apoio ao empreendedorismo).⁷⁴

⁷⁰ Vieira e Ferreira (Coords.); 2019; 98

⁷¹ Livro Branco da Juventude: 1- Educação e Formação, 2- Emprego e empreendedorismo, 3- Participação cívica, 4- Emancipação Jovem, 5- Mobilidade Jovem, 6- Prevenção rodoviária, 7- Saúde e prevenção dos comportamentos de risco, 8- Ambiente e desenvolvimento sustentável, 9- Cultura, inovação e criatividade, 10- Voluntariado, 11 – Combate à desigualdade de oportunidades e inclusão social, 12- Habitação, 13 – Solidariedade intergeracional, 14 – Associativismo IPDJ, 2015

⁷² Vieira e Ferreira (Coords.); 2019; 95

⁷³ Vieira e Ferreira (Coords.); 2019; 115-116

⁷⁴ Vieira, Ferreira, 2019, 154

Os municípios que destacam o Emprego e empreendedorismo como área prioritária têm uma média de população jovem menor do que aqueles que não o fazem⁷⁵, o que pode confirmar o empreendedorismo como estratégia de rejuvenescimento do território. Nas justificações autárquicas para as áreas prioritárias, no caso do emprego e empreendedorismo, o enfoque não é lançado sobre questões económicas, mas sobre os problemas demográficos⁷⁶ no sentido de contrariar a baixa densidade populacional – incentivando à captação ou permanência deste segmento populacional.

Tabela 1. Justificações para as áreas prioritárias de intervenção (2018-21)

Emprego e empreendedorismo		%
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem		27,0
Promoção do empreendedorismo/desenvolvimento da capacidade empreendedora		19,1
Importância de captação de emprego		18,4
Indicadores de desemprego/condições laborais (precariedade)		7,9
Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens		6,6
Educação e formação		
Capacitação/desenvolvimento de competências		20,2
Promover igualdade de oportunidades		15,1
Importância do combate ao insucesso escolar/aumento dos níveis de escolaridade		10,5
Capacitação dos jovens para a procura de emprego/inserção no mercado de trabalho		9,7
Participação cívica e cidadania		
Importância do envolvimento dos jovens nas decisões políticas do município/reforço dos espaços de participação		43,0
Importância de maior associativismo e participação/voluntariado		30,2
Criatividade e cultura		
Desenvolvimento da produção cultural/artística		29,9
Capacitação/desenvolvimento de competências		20,9
Maior envolvimento dos jovens em atividades culturais/deportivas		14,9
Saúde e bem-estar		
Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar		67,2
Habitação		
Dificuldades no acesso à habitação/promover acesso à habitação		53,5
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem		37,2
População e demografia		
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem		85,4
Ambiente e desenvolvimento sustentável		
Preservação do ambiente e sustentabilidade		54,1
Promoção/vistorização do património natural e cultural		16,2
Mobilidade internacional e nacional		
Promoção de intercâmbio/mobilidade		38,9
Capacitação/desenvolvimento de competências		38,9
Direitos humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação		
Educação para os direitos humanos/inclusão/respeito pela diferença		75,0
Definição por participação/auscultação dos jovens/stakeholders		16,7

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=181). Pergunta 44: «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município? In Vieira e Ferreira, 2019, p.134

⁷⁵ Vieira, Ferreira, 2019; 118

⁷⁶ Idem, 132-3

A importância da “atração e fixação de população jovem” surge como justificação para as áreas prioritárias de intervenção no Emprego e Empreendedorismo (27%), Habitação (37,2%) e População e Demografia (85.4%), sendo enquadrada numa preocupação mais abrangente de ação política sobre os problemas de perda populacional e/ou envelhecimento demográfico no respetivo município” 77

Tabela 2. Propostas de intervenção na área da juventude

Propostas de intervenção	
Desporto, cultura e lazer	
Promoção de atividades culturais	32,2
Promoção de Desporto, saúde e bem-estar	23,9
Construção/Requalificação de infraestruturas (desportivas/culturais/ensino/mobilidade local)	10,0
Cartão Jovem/descontos em serviços (criação/alargamento da oferta)	8,9
Promoção de Ensino/atividades artísticas	7,8
Criação/continuação do Dia/Semana da Juventude	3,3
Acesso a rede wi-fi em espaços públicos	2,2
Requalificação de património natural e espaços de lazer	1,1
Educação e formação	
Apoio financeiro a alunos do Ensino Superior	22,8
Promoção e divulgação de programas de educação e formação profissionalizante	20,6
Apoio logístico/financeiro às escolas e alunos (fornecimento de equipamento/ação social escolar/bolsas de estudos/prémios de mérito escolar)	16,1
Programas/planos de promoção de sucesso escolar/combate ao insucesso escolar	13,9
Promoção/divulgação de programas de intercâmbio	7,2
Desenvolvimento de Ensino Superior e Investigação	1,1
Participação cívica e associativismo	
Criação/Dinamização de estruturas e programas autárquicos de participação/ auscultação dos jovens	39,4
Apoio/promoção do Associativismo juvenil	24,4
Participação cívica e voluntariado	14,4
Apoio e colaboração com associações com intervenção na área da juventude	3,3
Economia, emprego e empreendedorismo	
Programas/iniciativas de estímulo ao emprego jovem	37,8
Promoção/apoio ao empreendedorismo	36,7
Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços	
Reforma organizacional/criação de serviços de apoio à Juventude	13,9
Elaboração de documentos estratégicos	13,3
Criação/dinamização de serviços de ação social/ proteção social (jovens em risco/ situação de vulnerabilidade)	7,2
Programa/documento estratégico em fase de elaboração	5,0
Continuação de programas/planos estratégicos anteriores	2,2
Demografia e habitação	
Apoio à habitação jovem	25,0
Apoio à natalidade	10,0
Apoio à parentalidade	5,0
Apoios à fixação de famílias	1,1
Formação cívica	
Ambiente, território e desenvolvimento sustentável	4,4
Educação para a cidadania/inclusão/respeito pela diferença	3,3

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude 2018 (N=181). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos? (2018-21) in Vieira e Ferreira, 2019, p.146

A tabela 2 (propostas de intervenção destinadas à juventude em 2018-21) remete para quarta prioridade a Economia, emprego e empreendedorismo, com 37.8% de municípios a preverem iniciativas de emprego jovem e 36.7% iniciativas de apoio ao empreendedorismo (recorde-se que foram 74,5% os municípios que detetaram o desemprego como o principal problema dos jovens), dando-se alguma inversão entre as áreas identificadas como problemas prioritários e as propostas de intervenção na área da juventude.

Nesta tabela destaca-se ainda a área da “demografia e habitação” com propostas para apoios à fixação de famílias (1,1%) dos municípios, a par com apoio à habitação jovem (25%), apoio à natalidade (10%) e apoio à parentalidade (5%) dos municípios, quando nas áreas prioritárias de intervenção foram 85,4% os municípios que identificaram esta prioridade. “A vasta maioria das justificações para a eleição desta área aludem à emergência de políticas de inversão (ou travagem) da trajetória demográfica de envelhecimento e de decréscimo populacionais”⁷⁸.

Apesar da preocupação generalizada com as questões demográficas, a investigação realizada por Vieira e Ferreira (2019) não encontrou nas propostas de intervenção das autarquias, medidas proporcionais, quer na área da Demografia e Habitação, quer na área da Economia, Emprego e Empreendedorismo.

“No contexto demográfico de Portugal marcado pela tendência de decréscimo populacional e envelhecimento demográfico (...) algumas autarquias salientam o carácter preponderante desta área de intervenção política: a fixação da população é tida como base indispensável para o desenvolvimento (económico e social) do município – sendo que apenas a sua resolução pode permitir a eleição de outras áreas de intervenção em ciclos políticos posteriores”⁷⁹

⁷⁸ Vieira, Ferreira, 2019, 141

⁷⁹ idem

Estratégia metodológica

3.1. Definição do problema, objeto e objetivos do estudo

No caso das medidas municipais de apoio à autonomização de jovens, importa perceber que medidas são utilizadas em cada região, com que objetivos, em resposta a que problemas e com que resultados, sendo o problema deste projeto de investigação perceber como se apoia e incentiva, a nível municipal, a autonomização dos jovens e que relação têm essas iniciativas com o efeito de fixação de jovens no território, considerada indispensável para o desenvolvimento.

Partindo da questão principal sobre o contributo das medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem para o Desenvolvimento Local, serão desenvolvidos dois aspetos basilares:

1. Perceber o estado da arte das medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem implementadas na amostra;
2. Perceber o Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como:
 - a. Combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios,
 - b. Prioridade em municípios com uma média de população jovem menor,
 - c. Fator importante para os municípios do interior.

A partir destas questões, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

Eixos	Questão de Partida	Objetivos Específicos
Eixo 1	Qual o estado da arte sobre as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem implementadas na amostra	<ul style="list-style-type: none"> • Elencar a tipologia de medidas mais implementadas, por região, existência ou não de parcerias e principais tendências;
Eixo 2	O Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como instrumento de combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a situação demográfica nos concelhos da amostra, nomeadamente do Índice de Envelhecimento e percentagem da população jovem;
	O Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como prioridade em municípios com uma média de população jovem menor	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, nos municípios da amostra com menos jovens, que medidas municipais de emprego e empreendedorismo são desenvolvidas (e se são tidas como prioritárias);
	A interioridade como fator importante na distribuição do emprego e empreendedorismo jovem no país	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a relação da interioridade com a presença de medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem por concelhos da amostra inseridos no interior; • Aferir a relação da interioridade com o esforço de alguns municípios no desenvolvimento de medidas de emprego e empreendedorismo jovem;

Para esta investigação, que se identifica como exploratória, definiu-se como objeto de estudo as boas práticas presentes no site do projeto Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem (PACTO), selecionadas entre os municípios aderentes ou em fase de adesão (considerando que nesse universo se encontra a seleção dos municípios do país mais comprometidos com a questão), recolhidas maioritariamente através de pesquisa documental.

3.2. Metodologia e constituição da amostra

Necessitando de cruzar as informações disponibilizadas pelos municípios sobre as medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo jovem com análise documental de fontes secundárias (os dados estatísticos demográficos oficiais), optou-se por uma investigação qualitativa, que permita retirar informação a partir das fontes disponibilizadas, procurando uma metodologia compreensiva.

O PACTO é promovido por uma organização chamada Dypall (Developing Youth Participation at Local Level) e conta com 24 municípios aderentes e 28 em fase de adesão, com os objetivos de

- Reduzir o desemprego jovem
- Promover a qualificação dos jovens
- Facilitar o acesso a informação
- Reforçar a cooperação dos municípios
- Capacitar técnicos municipais

através do compromisso dos signatários com a implementação de medidas e ações de apoio à empregabilidade e empreendedorismo jovem e a adotar uma abordagem conjunta para a mitigação e adaptação às alterações económicas pós-covid-19.

Das medidas divulgadas como boas práticas no site do projeto⁸⁰, como estudo exploratório de um trabalho futuro mais aprofundado, recolheu-se uma amostra de 40 medidas, dedicadas ao emprego e empreendedorismo jovem, desenvolvidas em 30 municípios de Portugal continental, a partir de uma observação realizada entre setembro de 2021 e novembro de 2022, sem se procurar a representatividade estatística, nem as regularidades, mas antes uma representatividade social e a diversidade dos fenómenos.⁸¹

Os critérios de escolha das iniciativas prenderam-se com a descrição, que se pretendia que designasse explicitamente o público jovem (com expressões como juventude, jovem, jovens munícipes, junior, young entrepreneurs, estudantes), ainda que pudessem não ser exclusivas para jovens, por exemplo, algumas medidas dedicadas à empregabilidade de jovens NEET podem ser extensíveis a Desempregados de Longa Duração até aos 65 anos.

Procuraram-se também expressões de medidas como «promoção do emprego», «gestão pessoal e de carreiras», «processos de empoderamento», «apoio psicossocial», «capacitação», «mentoria», já que nem sempre se distingue o esforço de aquisição de competências empreendedoras, das competências transversais, visando, tanto o empreendedorismo como a empregabilidade, encontrar formas de autonomização dos jovens.

A base de dados das iniciativas que constituem a amostra foi trabalhada para espelhar a área destas iniciativas (informação, emprego ou empreendedorismo), o município de onde provêm, a região do país (norte, centro ou sul), a descrição alargada das iniciativas e o link do município onde se encontram, a tipologia das atividades (por exemplo, incubação, coaching), o ano de início da sua implementação, as idades dos destinatários, os resultados obtidos, a existência ou não de parcerias e de apoios externos à realização (financiamentos, contratações externas). Relativamente às parcerias, importa saber, em cada medida elencada, o perfil das entidades parceiras (escolas, empresas, ong's, etc) e se são nacionais ou estrangeiras, retirando-se também daqui a informação sobre o volume de parceiros de cada medida.

⁸⁰ <https://pactoemprego jovem.pt/boas-praticas/>

⁸¹ Guerra, 2006, 48

3.3. Técnicas de recolha e análise de dados

Os dados foram recolhidos através de fontes disponibilizadas online, em

- Fontes de entidades públicas e privadas, sobre as iniciativas municipais de emprego e empreendedorismo jovem (municípios e associações), mas também
- Fontes oficiais sobre questões demográficas e económicas.

Os dados obtidos foram trabalhados através de análise de conteúdo e análise documental com função expressiva, na qual “o material recolhido tem uma função de comunicação e não de pesquisa. Trata-se, sobretudo, de «fazer passar a mensagem»”.⁸²

Neste estudo perspetivam-se dois eixos de análise principais. No primeiro pretende-se caracterizar a amostra relativamente às medidas de Emprego e Empreendedorismo Jovem, descrevendo-as por regiões e procurando encontrar tendências.

No segundo procura-se relacionar as tendências demográficas com as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem, no sentido de perceber se se enquadram ou não numa tentativa de combater tendências demográficas ou geográficas desfavoráveis, como o envelhecimento da população ou a interioridade.

⁸² Guerra, 2006, 34

Análise empírica

4.1. Estado da arte sobre as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem implementadas no país

Das medidas divulgadas como boas práticas no site do projeto «Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem» (PACTO) ⁸³, como estudo prospetivo de um trabalho futuro mais aprofundado, recolheu-se uma amostra de 40 medidas, dedicadas aos emprego e empreendedorismo jovem, desenvolvidas em 30 municípios de Portugal continental, a partir de uma observação realizada entre setembro de 2021 a novembro de 2022.

Dos 30 municípios:

- 8 localizam-se a Norte (Amarante, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Santa Maria da Feira, Valongo, Viana do Castelo e Vila Real)
- 10 no centro (Águeda, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Castelo Branco, Estarreja, Lousã, Óbidos, Ovar, Torres Vedras e Vagos)
- 12 no Sul (Albufeira, Cascais, Chamusca, Elvas, Lagos, Lisboa, Loulé, Mértola, Moita, Oeiras, Olhão e Vila Franca de Xira)

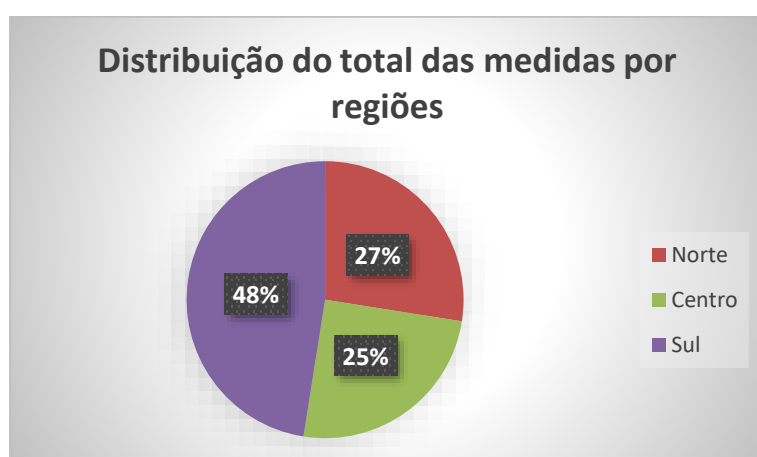


Gráfico 1 – Distribuição do total das medidas em percentagem, por regiões

⁸³ <https://pactoempregojuvem.pt/boas-praticas/>

Quando distribuídas as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem pelas regiões, verificou-se uma predominância da zona sul (19), seguida do Norte (11) e por último o Centro (10).

As medidas elencadas foram classificadas como predominantemente na área do Emprego (16 medidas), do Empreendedorismo (18). Tendencialmente foram classificadas na área do Emprego atividades que visavam trabalhar o próprio (postura, desenvolvimento de competências transversais, experiência em contexto de trabalho, bolsas de estágio, etc) e na do empreendedorismo atividades que visam trabalhar um projeto para o exterior (desenvolvimento de competências empreendedoras, apoio financeiro, concurso de ideias).

Algumas medidas tiveram classificação mista emprego/ empreendedorismo (6 medidas) porque tinham uma descrição equilibrada de atividades nas duas áreas.

As medidas exclusivamente classificadas como «Emprego» situam-se:

- a Norte (4) em Valongo (1), Porto (2), Matosinhos (1);
- no Centro (2) em Torres Vedras (1) e Lousã (1);
- a Sul (10) em Cascais (5), Oeiras (1), Vila Franca de Xira (1), Albufeira (1), Loulé (1) e Elvas (1)

As medidas exclusivamente classificadas como «Empreendedorismo» situam-se:

- a Norte (4) Amarante (1), Oliveira de Azeméis (1) e Viana do Castelo (1), Vila Real (1);
- no Centro (7) em Águeda (1), Arruda dos Vinhos (1) e Alenquer (1), Óbidos (1), Vagos (1), Castelo Branco (1) e Estarreja (1);
- a Sul (7) em Cascais (1), Lagos (1), Lisboa (1), Vila Franca de Xira (1), Mértola (1), Moita (1) e Olhão (1)

As medidas que tiveram classificação mista de Emprego/ Empreendedorismo situam-se

- a Norte (3) Santa Maria da Feira (1), Valongo (1) e Porto (1)
- no Centro (1), em Ovar (1)
- a Sul (2) em Cascais (1) e Chamusca (1)

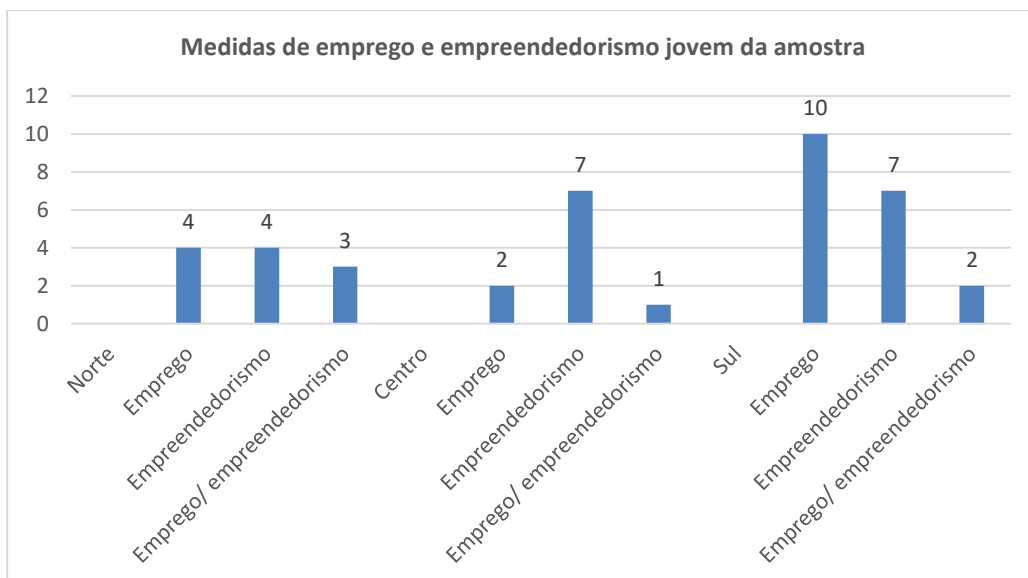


Gráfico 2 – Medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem da amostra, por regiões

Observou-se na amostra que o número total de medidas municipais de Emprego Jovem (16) se encontra um pouco abaixo das de Empreendedorismo Jovem (18).

As medidas de empreendedorismo jovem estão em número equiparado entre o Centro (7) e o Sul (7), com o Norte um pouco abaixo (4), mas é no emprego jovem que se apresentam as maiores discrepâncias, sobretudo entre a área Centro (2) e o Sul (10).

Podemos inferir que

- os municípios do Centro investem menos no emprego do que no empreendedorismo jovem;
- os municípios do Sul investem mais no emprego do que no empreendedorismo (ainda que, comparativamente com as outras duas regiões, o Sul também tenha um nível alto de medidas de empreendedorismo jovem).

4.1.1. Subactividades das medidas, por regiões

Os programas de emprego e empreendedorismo jovem desenvolvidos pelos municípios podem ter um vasto leque de subactividade, que foram categorizadas a partir da descrição da iniciativa apresentada pelo município respetivo.

Uma medida pode ter várias subactividades, por exemplo, a descrição de um programa de apoio à empregabilidade num determinado município pode incluir as subactividades de:

- “conselho, coaching e mentoria”,
- “desenvolvimento de competências transversais” e

- “experiência em contexto de trabalho”

pelo que, ao analisar a incidência das subactividades, é expectável que a mesma medida se repita.

As subactividades das medidas municipais de empreendedorismo jovem da amostra foram classificadas⁸⁴ em:

- desenvolvimento de competências de empreendedorismo (inclui formações “bootcamps” de empreendedorismo - em ambiente de educação não formal alusivo a outdoor, educação empreendedora – em contexto escolar)
- conselhos, mentoria
- apoio financeiro
- apoio de infraestruturas para a abertura de empresas (incubadoras de empresas, domiciliação da empresa, serviços de apoio)
- concurso de ideias
- network jovem empreendedor (rede de jovens empreendedores e parceiros de apoio)
- mostra de talentos (eventos. Espetáculos de apresentação de talentos com potencial de constituir uma fonte de rendimento).

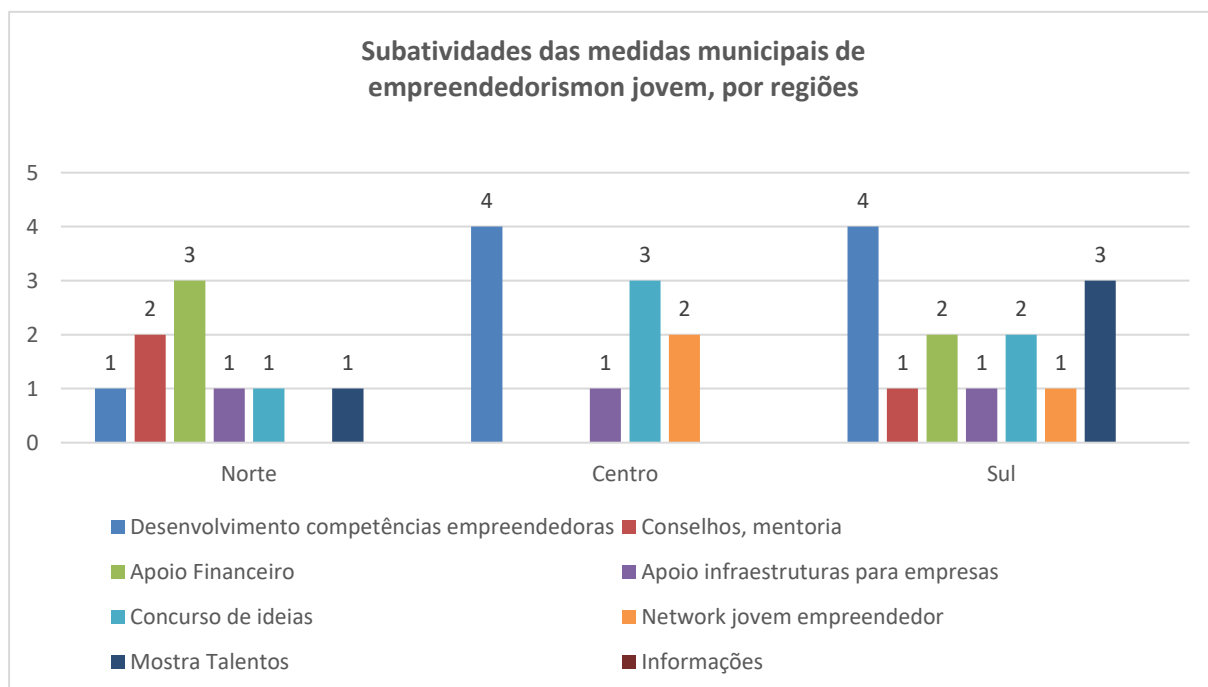


Gráfico 3– Subatividades das medidas municipais de empreendedorismo jovem, por regiões

⁸⁴ Com base na organização apresentada na publicação Policy Brief on Youth Entrepreneurship – Entrepreneurial Activities in Europe, 2012

Quando distribuimos as subactividades das medidas de empreendedorismo jovem por regiões, evidencia-se a concentração, na região Centro, em quatro subactividades (“desenvolvimento de competências empreendedoras”, “apoio para infraestruturas para empresas”, “concursos de ideias” e “network para jovens empreendedores”), assim como se evidencia a ausência de medidas de “apoio financeiro” e de serviços de “aconselhamento e mentoria” nesta região.

Nas duas outras regiões (Norte e Sul) existe maior dispersão das subactividades. Curiosamente a Norte as medidas “apoio financeiro” e serviços de “conselhos e mentoria”, estão mais representados, ainda que com uma amostra total de iniciativas menor, do que na região Sul.

A nível nacional, as medidas municipais de empreendedorismo jovem mais recorrentes são o “desenvolvimento de competências empreendedoras” (9), logo seguida do “curso de ideias” (7) e do “apoio financeiro” (5).

A «mostra de talentos» é muito mais recorrente a sul (3) do que nas outras regiões onde só volta a aparecer a norte (1).

Na área do emprego, agrupamos as subactividades por:

- campo de férias (com temáticas orientadas para a empregabilidade)
- desenvolvimento de competências transversais (ou soft skills, como a flexibilidade, comunicação, liderança, autonomia)
- experiência em contexto de trabalho (estágios de curta ou longa duração),
- bolsa de estágio,
- ferramentas para a empregabilidade (kit de recursos –jogo, agenda- desenvolvido para aplicação junto da população),
- jobshadowing (técnica de acompanhamento de um profissional durante um período definido, de 1 dia, por exemplo, para ficar com uma ideia mais concreta sobre a profissão),
- conselho, coaching e mentoria (serviços orientados para a empregabilidade)
- informações (específicas dentro da área da empregabilidade)
- visitas a empresas, entrevistas com empregadores
- feiras de saídas vocacionais

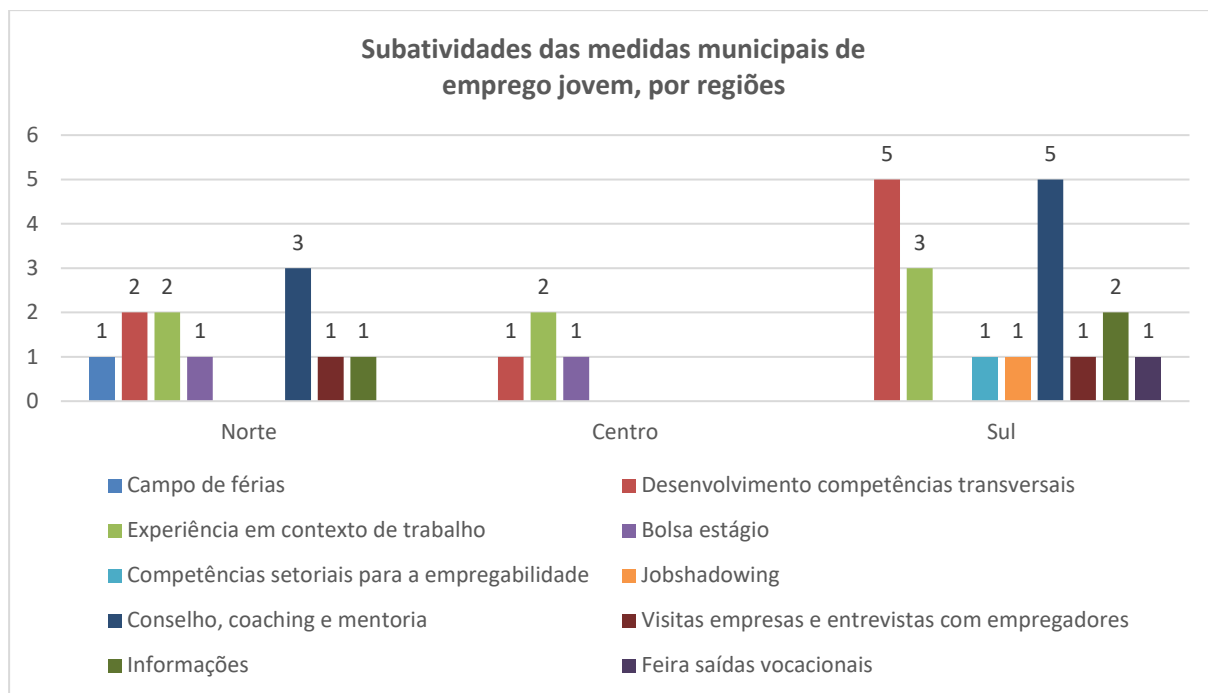


Gráfico 4– Subatividades das medidas municipais de emprego jovem, por regiões

Quando analisamos as subatividades das medidas municipais na área do emprego jovem a tendência, já verificada, de menor investimento nesta área na região Centro, confirma-se, constatando-se duas descrições de “experiências em contexto de trabalho” e uma de “bolsa de estágio”, com ausência das outras subatividades.

A subatividade de “conselho, coaching e mentoria” (8) é a mais frequente na área do emprego jovem, com incidência na região sul (5 ocorrências), e norte (3 ocorrências), seguida de “experiências em contexto de trabalho” (7), ou seja, disponibilização de estágios, que se apresenta bem distribuída no país, com 2 ocorrências a norte, 2 no centro e 3 no sul, seguido do “desenvolvimento de competências transversais” (8), com cinco ocorrências a sul e duas a norte (2) e uma no centro (1).

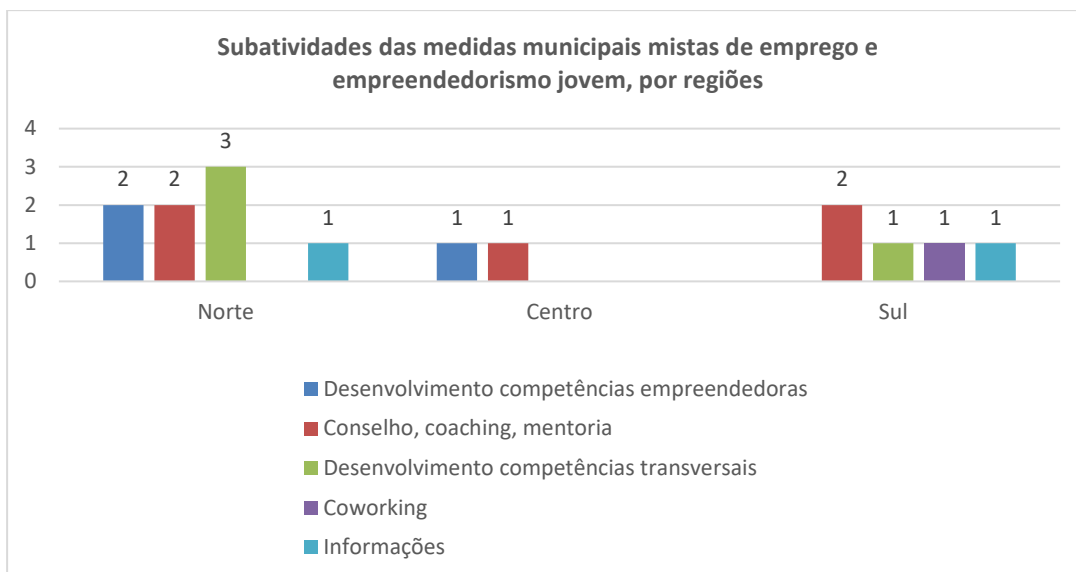


Gráfico 5– Subatividades das medidas municipais mistas de emprego e empreendedorismo jovem, por regiões

Na classificação emprego/ empreendedorismo entraram 6 concelhos (3 no norte, 1 no centro e 2 no sul). As medidas classificadas como mistas de emprego e empreendedorismo jovem foram em regra:

- os gabinetes *front-office* de atendimento especializado nesta área (Cidade das Profissões do Porto e Cascais, Matriz 21 de Chamusca),
- respostas de inclusão social de públicos desfavorecidos, cuja descrição assenta nas duas atividades emprego/ empreendedorismo (ALPE em Santa Maria da Feira) ou
- ações de formação em competências empreendedoras e em competências transversais (semana europeia da democracia local em Valongo ou o ciclo «Prepara-te» de Ovar).

As subatividades mais frequentes são o “conselho, coaching e mentoria” (5), seguido do desenvolvimento de competências transversais (4) e desenvolvimento de competências empreendedoras (3).

4.1.2. Descrição das medidas, por categorias das subactividades

4.1.2.1. Emprego

Conselho, coaching e mentoria - 8

NORTE	CENTRO	SUL
<p>Valongo, Projeto(ME) – MaisEmprego, criação de instrumentos de comunicação com o mercado de trabalho mais eficazes e na promoção do contacto sistemático com o mundo organizacional e empresarial, especializado na Gestão Pessoal e de Carreira dos munícipes, centrado na inserção no mercado de trabalho, definição de projetos de vida e de empregabilidade.</p>		<p>Elvas, parceria com Associação PAR, Projeto DARE– Day One Alliance for Employment, desenvolver competências nos jovens que não estudam nem trabalham (NEET) entre os 15 e os 29 anos. O projeto DARE, desenvolvido em 7 países, tem mais de 9 parceiros europeus, para encontrar novas formas de apoiar 1400 jovens. Laboratório de emprego e de empreendedorismo. mentoria e coaching individual.</p>
<p>Porto, “Summer opPORTOnities”, uma iniciativa do Município do Porto (jovens 16 a 21 anos) para primeiro contacto com a realidade laboral. Experiências profissionais on the job e de imersão numa dinâmica organizacional e garantir condições de trabalho e conteúdos de aprendizagem adequados, prevê bolsas para estágio – entre junho e setembro – em diversas entidades sediadas no Porto nas áreas da hotelaria e restauração, logística e comércio, e das tecnologias da informação. As empresas associadas devem desenvolver um <i>processo de mentoria</i> aos jovens estagiários, podendo sinaliza-los para aumentar a sua base de recrutamento.</p>		<p>Cascais, Descobre + - proporcionar aos jovens um conjunto de atividades de formação e jobshadowing para o desenvolvimento de competências de escolhas. Divulgação, informação e promoção de atividades laborais enquadradas em áreas de forte oportunidade de empregabilidade.</p>
<p>Porto, Cidade das Profissões, promovida pela Câmara Municipal, disponibiliza um serviço permanente de consultoria de percursos profissionais.</p>		<p>Cascais, GO – Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional - potenciar o processo de autoconstrução dos jovens, auxiliando-os na tomada de decisões do seu futuro profissional. Espaço de atendimento personalizado com um orientador escolar e profissional, para jovens dos 14 aos 30 anos para construção contextualizada de projetos de carreira;</p>
		<p>Cascais, EXPERIMENTA - Programa de Empregabilidade Jovem (8 meses), desenvolvimento competências empregabilidade dos jovens e apoio ao desenho e concretização dos seus projetos profissionais): Experiência em contexto de trabalho em serviços do universo municipal de</p>

		Cascais, apoiada por um/a Tutor/a, na modalidade tempo parcial (20h/semana)
		Cascais, DNA Match, promovido pela DNA Cascais e Câmara Municipal, apoia a dinamização de estágios profissionais (6 meses a tempo inteiro) por empresas e outras entidades estimulando a criação de emprego, formação em soft-skills para estagiários, consultoria ao processo de estágio. As entidades empregadoras asseguram ao participante a Bolsa de participação mensal.

A subactividade mais frequente nas medidas municipais na área do emprego jovem é bastante transversal e configura em várias medidas de carácter diferente. Das medidas apresentadas acima sobressai o grande protagonismo do município de Cascais, com 5 medidas onde aparece o “aconselhamento, coaching e mentoria”, seguido do município do Porto com duas medidas, o que inflaciona o peso das respetivas regiões (Sul, Cascais e Norte, Porto).

Desenvolvimento de competências transversais- 8

NORTE	CENTRO	SUL
Matosinhos, Summer Career Camp, permite aos jovens saber mais sobre si mesmos/as, conhecer melhor grandes empresas e os serviços da autarquia, para prepararem as escolhas vocacionais (alunos 9.º, 10.º, 11.º ou 12.º anos).		Oeiras, 6 cursos online gratuitos para o aumento das competências para a empregabilidade (soft skills dos 16 aos 35 anos), para inserção no mercado de trabalho mais efetiva. Os cursos são: Gerir-se a si próprio, Comunicar, Persuadir e negociar, Trabalhar em equipa, Liderar e Imagem profissional.
Valongo, O Projeto(ME) – MaisEmprego, promovido pela Câmara Municipal de Valongo, é um serviço especializado, gratuito, para a população do Concelho de Valongo, assente na promoção do desenvolvimento de competências transversais, na criação de instrumentos de comunicação com o mercado de trabalho mais eficazes e na promoção do contacto sistemático com o mundo organizacional e empresarial. O Projeto(ME) nasce da vontade de atuar e intervir com e na população do Concelho, conscientes da relevância da dimensão emprego na vida das populações, com foco em promover mais integração no mercado de trabalho. É um		Loulé, Oficina Mar Vivo - Projeto da Fundação António Aleixo, financiado pelo Fundo de Inovação Social Portugal 2020, experiência piloto no combate ao desemprego jovem, em Quarteira. O Município apoia o projeto como investidor social, com Vilamoura Sailing, Marina de Vilamoura, InfraMoura e Junta de Freguesia de Quarteira. Implementação de um conjunto de ações de capacitação social, tendo como veículo de integração a carpintaria náutica no Porto de Pescas de Quarteira, com duração de 26 meses. Desenvolve, fora duma sala de aulas, as habilidades interpessoais através de Workshops temáticos, visitas a estaleiros navais e residências, onde os participantes adquirem competências de carpintaria naval com a tutoria de um carpinteiro naval na oficina no porto de

<p>serviço especializado na Gestão Pessoal e de Carreira dos munícipes, centrado na inserção no mercado de trabalho, definição de projetos de vida e de empregabilidade.</p>		<p>pesca de Quarteira. Para jovens NEET (entre 15 e os 29 anos, que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação profissional), alunos PIEF (alunos integrados no programa de educação e formação) e desempregados inscritos no IEFP há mais de um ano.</p>
		<p>Elvas, parceria com Associação PAR, Projeto DARE– Day One Alliance for Employment, desenvolver competências nos jovens que não estudam nem trabalham (NEET) entre os 15 e os 29 anos. O projeto DARE, desenvolvido em 7 países, tem mais de 9 parceiros europeus, para encontrar novas formas de apoiar 1400 jovens. Laboratório de emprego: Integração no mercado de trabalho; Como desenvolver um plano de carreira ou um plano de desenvolvimento pessoal, assente em objetivos SMART; Mind development: o que pode ser uma carreira de sucesso, pensamento crítico como estratégia para o desenvolvimento profissional; Mundo académico vs mundo do trabalho; Como utilizar o feedback para perceber melhor os nossos pontos fortes e fracos; Ferramentas para construção de CV e carta de apresentação ou motivação.</p>
		<p>Cascais, ferramentas EMPLAY para diversos públicos: estudantes, pessoas que se encontram a trabalhar, à procura de emprego, assim como também por técnicos de empregabilidade, animadores, educadores sociais e professores. Visam apoiar a reflexão, o auto conhecimento e o desenvolvimento pessoal em várias dimensões da empregabilidade.</p>

Estágios/ Experiência em contexto de trabalho (de curta ou longa duração) - 7

NORTE	CENTRO	SUL
Porto (Summer OpPORTOnities, dos 16 aos 21 anos), Bolsa para 4 meses de estágio em empresas de hotelaria, restauração, logística, comércio e TIC;	Lousã (dos 14 aos 18 anos), 60 estágios durante o Verão, nos serviços do município;	Cascais (Experimenta, dos 18 aos 29 anos), 8 meses (part-time, dentro dos serviços do município) + 1 mês opcional para desenvolvimento do próprio projeto (com bolsa de estágio)
Porto (Cidade das Profissões - Procura o teu Trabalho – Destinado a jovens à procura do primeiro emprego ou estágio, desempregados de curta, média ou longa duração e/ou profissionais à procura de novas oportunidades no mercado de trabalho.)	Torres Vedras “Moinhos – Formar para Inovar”, consórcio entre o município e escolas profissionais do concelho, surge em 2014 com o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida ao abrigo do qual foram atribuídas 98 bolsas de estágio profissional em quatro anos. Dinamizar as políticas educativas, alargando a uma dimensão europeia (com bolsa de estágio).	Cascais (DNA Match, sem limite de idade), 6 meses (tempo completo). Apoia a dinamização de estágios profissionais em empresas e outras entidades empregadoras
		Vila Franca de Xira, (dos 18 aos 30 anos), 12 meses (part-time, dentro dos serviços do município (com bolsa de estágio)

4.1.2.2. Empreendedorismo

Desenvolvimento de competências empreendedoras – 9

NORTE	CENTRO	SUL
Amarante, Jovens Empreendedores – Construir o futuro, Associação Empresarial de Amarante, necessidade de desenvolver competências de empreendedorismo e capacidade de resolução de problemas complexos, nos jovens. Trabalha com Escolas de Ensino Secundário do concelho de Amarante e visa fomentar nos alunos, professores e comunidades, o potencial empreendedor, mudança de atitude, o contacto direto com conceitos empreendedores e desenvolvimento de novas competências sociais e pessoais. Workshops, bootcamps, clubes empreendedorismo e uma rede de mentores. O foco do programa é o desenvolvimento de	Castelo Branco, programa CoolWorking iniciativa CEi (Centro de Empresas Inovadoras), para desenvolver o empreendedorismo nas Escolas, desde o 1º ciclo, com aulas de empreendedorismo, até ao secundário. Atividades: Clube de empreendedorismo MeetUp, a funcionar nas instalações da Fábrica do Jovem Empreendedor; «O meu canal é o Tal», um concurso interativo, que visa aliar conceitos de empreendedorismo com a aplicação de novas tecnologias; BootCamp, um desafio de 36 horas (non Stop), onde os participantes são confrontados com dilemas	Lagos, projeto “Lagos Empreendedor”, com município e Universidade do Algarve, pretende contribuir para o desenvolvimento de competências empreendedoras nos alunos do ensino secundário do concelho, promovendo o empreendedorismo junto da comunidade educativa, para o que se torna fundamental capacitar também os professores, pelo que o projeto inclui um programa de formação contínua de professores acreditada pelo CCPFC, com 25 horas visa

<p>competências empreendedoras, através de um sistema alternativo de educação não formal. A Câmara Municipal de Amarante é parceira enquanto investidor social do projeto.</p> <p>O programa adaptou-se no período da pandemia, com a formação à distância, registando um crescimento, em 2020, com a participação recorde de 1.200 alunos. Com 10 anos de existência pondera a expansão a mais concelhos da região.</p>	<p>diversos no sentido de terem permanentemente de tomar decisões; e a Liga do Empreendedor, um desafio entre turmas do ensino secundário, onde se pretende motivar e envolver os alunos num verdadeiro espírito empreendedor.</p>	<p>a aquisição de competências que permitam aos professores fomentar o desenvolvimento das competências empreendedoras dos seus alunos.</p>
	<p>Vagos, TOP - projeto do Município para o apoio ao empreendedorismo, à participação ativa jovem em parceria com o Município de Estarreja. Organização de Campus residenciais e intercâmbio internacional que terminaram com Seminários de Empreendedorismo Jovem, envolvendo alunos do secundário em ambiente externo à escola. Além deste programa, os alunos do secundário são incentivados a integrar através da sua escola secundária ou profissional, os Clubes de Empreendedorismo nas Escolas. O TOP é um programa de empreendedorismo jovem (desenvolvido pelo Município de Estarreja no âmbito do projeto European Youth Inclusive Entrepreneurship Lab, financiado pelo programa Erasmus +. Os parceiros europeus deste projeto são os Municípios de Cinisello Balsamo (Itália), Karditsa (Grécia), Caracal (Roménia) e Rezekne (Letónia) e teve como parceiro nacional o Município de Vagos).</p>	<p>Lisboa, Câmara Municipal com a JAP - Junior Achievement Portugal, promoção da educação para o empreendedorismo. Nos últimos 6 anos estiveram envolvidas cerca de 22.000 crianças e jovens, em cerca de 163 escolas da cidade.</p>
	<p>Alenquer, Academia do Empreendedorismo - nas escolas do concelho, desenvolvido pelo Município com diferentes abordagens de acordo com o grau de ensino. No 1º ciclo trabalha-se a vertente ambiental, no 2º ciclo a temática é o empreendedorismo social, no 3º ciclo é feita uma abordagem mais empresarial. No ensino secundário a vertente empresarial é reforçada, sendo possível dar continuidade aos projetos com o apoio de</p>	<p>Vila Franca de Xira, FÁBRICA DO EMPREENDEDOR - projeto da Seacoop - Social Entrepreneurs Agency em parceria com a Câmara Municipal inserido na estratégia do Município para o desenvolvimento sustentável nas áreas da juventude, emprego e ação social. Projeto inovador, de acesso gratuito que tem como objetivo apoiar os</p>

	<p>mentores, com reconhecida capacidade de desenvolver projetos. Projeto que vai além das salas de aula e envolve vários tipos de entidades: clubes desportivos, escuteiros, IPSS, cafés, farmácias, clínicas e papelarias. Neste programa, são desenvolvidas competências como a capacidade de tomar decisões, liderança, espírito crítico, desembaraço, determinação, gestão do tempo, espírito de equipa, iniciativa, autonomia, abertura à mudança, criatividade e perseverança. Desde 2014 já conta com vários produtos no mercado realizados com o apoio do município e de parceiros estratégicos.</p>	<p>jovens em situação de vulnerabilidade nas áreas do emprego, formação/qualificação, criação de negócios, promovendo <i>competências empreendedoras</i>, dinamização de projetos de intervenção comunitária e animação territorial. Projeto parceiro da Rede para a Empregabilidade do Concelho de Vila Franca de Xira, com respostas qualificadas na criação de microiniciativas empresariais, na capacitação para o mercado de trabalho na incubação de microiniciativas.</p>
	<p>Águeda, Incubadora Juvenil, em parceria com a Psientífica – Ass. Promoção e Desenvolvimento Social. Incuba Já – constitui um centro de empreendedorismo e inovação social juvenil, em que através de um trabalho criativo, em dinâmica e em parceria, procura apresentar solução inovadoras no concelho. Prevê a incubação de 10 projetos sociais, desenvolvidos individualmente ou em grupo e cujos destinatários serão jovens entre 16-18 anos (no ensino secundário), jovens entre 19-30 anos (no ensino superior, em transição para o mercado de trabalho, desempregados e/ou à procura do 1.º emprego) e jovens NEET (que não estudam nem trabalham). Capacitação e desenvolvimento do potencial juvenil; inculcar o espírito crítico e de empreendedorismo; <i>preparar os jovens no que respeita à formação em competências chave para o ingresso no mercado de trabalho; capacitar os jovens através do seu envolvimento no processo de desenvolvimento de competências e aprendizagens, tornando-os mais criativos, empreendedores</i>, ativos na busca de soluções para uma transição positiva para o mercado de trabalho; Projeto financiado pelo Programa de Parcerias para o Impacto, no âmbito do Programa</p>	<p>Mértola - Prémio Jovem Empreendedor, por considerar que o incentivo ao empreendedorismo, e em particular, ao empreendedorismo jovem, contribui para dinamizar o espírito de iniciativa, para o reforço da sustentabilidade das comunidades locais e potencia o seu desenvolvimento integrado. Além do concurso inclui 6 <i>ações de capacitação</i>, de 3h de duração cada um, em horário pós-laboral, com as seguintes temáticas: Modelos de Governança e de colaboração; Marketing e Imagem; Comunicação e Inovação; Enquadramento Fiscal e Contabilístico; Financiamento; Empreendedorismo – <i>Desenho de projeto de negócio</i></p>

	Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE).	
--	--	--

Nesta subactividade constata-se que, à exceção de Vila Franca de Xira, Águeda e Mértola, todas as outras iniciativas jovens que envolvem a aquisição de competências empreendedoras (66%) estão articuladas ou em estreita ligação com as escolas.

Concurso de ideias empreendedoras - 7

NORTE	CENTRO	SUL
Vila Real - Concurso Anual Empreende@Villa.Jovem, com o objetivo de valorizar e apoiar o projeto de um jovem e de uma associação juvenil inscrita no RNAJ ou de um grupo informal de jovens na implementação de um projeto local sustentável, de forma a atribuir ferramentas para o lançamento da sua própria ideia/ empresa. Os 2 projetos vencedores serão apoiados com 5.000€;	Óbidos, Programa ATIVA-TE incluiu um Concurso de Ideias com o principal objetivo de seleção de um projeto para a exploração do espaço comercial do município:	Mértola - Prémio Jovem Empreendedor, por considerar que o incentivo ao empreendedorismo, e em particular, ao empreendedorismo jovem, contribui para dinamizar o espírito de iniciativa, para o reforço da sustentabilidade das comunidades locais e potencia o seu desenvolvimento integrado. Proposta aprovada no Orçamento Participativo 2019, para jovens entre os 18 e os 30 anos de idade que se destaquem pela proposta de criação de melhor ideia de negócio. À candidatura vencedora é atribuído um prémio pecuniário de 2000€.
	Arruda dos Vinhos – Tive uma Ideia - incutir e estimular nos jovens, entre os 14 e os 18 anos, um espírito empreendedor, capacitá-los para serem criadores do seu futuro.	Lagos, projeto “Lagos Empreendedor”, com município e Universidade do Algarve, pretende contribuir para o desenvolvimento de competências empreendedoras nos alunos do ensino secundário do concelho, promovendo o empreendedorismo junto da comunidade educativa (pais, alunos e professores) acompanhará um grupo de cerca de 96 alunos por 3 anos, com idades entre os 15 e 17 anos, num <i>concurso de ideias de negócio</i> . Este programa evolutivo permitirá que no último ano os alunos coloquem em prática as competências e conhecimentos adquiridos, e culmina com a criação e o desenvolvimento de uma ideia de negócio, elaborando o respetivo Plano de Negócio. Serão apresentados perante um júri e serão premiados os melhores projetos.
	Castelo Branco, programa CoolWorking iniciativa CEi (Centro de Empresas Inovadoras), para desenvolver o empreendedorismo Infantil e Juvenil, nas Escolas, desde o	

	<p>1ºciclo, com aulas de empreendedorismo, até ao secundário. Atividades: Clube de empreendedorismo MeetUp, a funcionar nas instalações da Fábrica do Jovem Empreendedor; «O meu canal é o Tal», um <i>concurso</i> interativo, que visa aliar conceitos de empreendedorismo com a aplicação de novas tecnologias; BootCamp, um desafio de 36 horas (non Stop), onde os participantes são confrontados com dilemas diversos no sentido de terem permanentemente de tomar decisões; e a Liga do Empreendedor, um <i>desafio</i> entre turmas do ensino secundário, onde se pretende motivar e envolver os alunos num verdadeiro espírito empreendedor.</p>	
--	---	--

Nem todos os concursos de ideias empreendedoras referem um prémio em montante financeiro e nem todos os apoios financeiros vêm de concursos. Em baixo seguem as iniciativas que preveem explicitamente, na sua descrição, atribuição de apoio financeiro aos jovens.

Apoio financeiro – 5

NORTE	CENTRO	SUL
<p>Oliveira de Azeméis, Programa de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio, como uma resposta para a dinamização da economia potenciada pela criatividade e o empreendedorismo dos jovens e daqueles que, em situação de desemprego, ou não, estão disponíveis em contribuir com o apoio da autarquia, para o desenvolvimento económico e social do concelho.</p> <p>O programa destina-se a jovens empreendedores entre os 18 e os 35 anos e a pessoas desempregadas com idade superior a 35 anos que pretendam criar o próprio emprego, com um investimento mínimo de 7.500,00 euros e máximo de 75.000,00 euros.</p> <p>Está dotado com uma verba anual de 250 mil euros, prevendo a atribuição de 5.000 euros por projetos/ideia de negócio, através de subsídios não reembolsáveis e ainda apoio técnico da autarquia</p>		<p>Cascais, Projeta-te - programa de Bolsas atribuídas pelo Município como comparticipação financeira (montante máximo de 2.500€ por projeto/ ano), para apoiar projetos de desenvolvimento de talento.</p> <p>Tem como objetivos proporcionar aos jovens dos 12 aos 30 anos a descoberta do seu potencial criativo e inovador, através da experimentação, identificação e conhecimento do seu Talento, numa fase amadora e inicial do seu percurso.</p> <p>Sensibilizar os jovens para a importância do desenvolvimento das suas competências pessoais, vocacionais e sociais.</p> <p>Para jovens individuais ou em grupos informais, residentes e/ou estudantes no concelho de Cascais</p>

ao nível das formalidades legais de constituição da empresa e do processo de licenciamento.		
Viana do Castelo, “Viana Jovens com Talento” objetivo dar asas à imaginação e ao talento. Neste projeto inserem-se todos os projetos diretamente relacionados com as diversas artes: música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, fotografia, digital, multimédia, e tudo o que permita pôr a imaginação em prática e os sentimentos a descoberto. Este processo, que se quer de aprendizagem conjunta, visa contribuir para uma intervenção informada e responsável da população nos processos locais, assim como garantir uma efetiva correspondência entre as necessidades sentidas pelos jovens e as políticas de juventude implementadas no território.		Mértola, Prémio Jovem Empreendedor, incentivo ao empreendedorismo, em particular, ao empreendedorismo jovem. Contribui para dinamizar o espírito de iniciativa, reforço da sustentabilidade das comunidades locais e potencia o seu desenvolvimento integrado. Proposta do Orçamento Participativo (jovens entre os 18 e os 30 anos) que se destaquem pela proposta de criação de melhor ideia de negócio. À candidatura vencedora é atribuído um prémio pecuniário de 2000€.
Vila Real, Concurso Anual Empreende@ Villa.Jovem, com o objetivo de valorizar e apoiar o projeto de um jovem e de uma associação juvenil inscrita no RNAJ ou de um grupo informal de jovens na implementação de um projeto local sustentável, de forma a atribuir ferramentas para o lançamento da sua própria ideia/ empresa. Os 2 projetos vencedores serão apoiados com 5.000€;		

Mostra de talentos - 4

NORTE	CENTRO	SUL
Viana do Castelo, “Viana Jovens com Talento” objetivo dar asas à imaginação e ao talento. Neste projeto inserem-se todos os projetos diretamente relacionados com as diversas artes: música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, fotografia, digital, multimédia, e tudo o que permita pôr a imaginação em prática e os sentimentos a descoberto. Este processo, que se quer de aprendizagem conjunta, visa contribuir para uma intervenção informada e responsável da população nos processos locais, assim como garantir uma efetiva correspondência entre as necessidades sentidas pelos jovens e as políticas de juventude implementadas no território.		Moita, «Apresenta o teu projeto» - é um programa de apoio a iniciativas de jovens munícipes mediante apresentação de candidaturas. Podem candidatar-se associações juvenis, grupos informais de jovens e jovens artistas (14 – 35 anos), estudantes ou residentes no Concelho da Moita. Música, Desporto, Cinema, Moda, Teatro, Fotografia, Dança, Artes, Ambiente, Saúde são apenas algumas das áreas dos projetos que podem ser apresentados. Encontra-se aberto a candidaturas durante todo o ano. A cedência de apoios está dependente da disponibilidade de meios.
		Olhão, Mostra-te - atividades que decorrem no mês de maio, com transmissão em direto na página do Facebook da Casa da Juventude. Atividades diárias como espetáculos, exposições, ou mostras, em áreas tão diversas como dança, música, workshops, pintura, magia, ginástica, histórias, ambiente, desporto, promovidas pelos jovens e entidades olhanenses vocacionadas para a juventude.

		<p>Cascais, Projeta-te - programa de Bolsas atribuídas pelo Município como comparticipação financeira (montante máximo de 2.500€ por projeto/ ano), para apoiar projetos de desenvolvimento de talento.</p> <p>Proporcionar aos jovens dos 12 aos 30 anos a descoberta do seu potencial criativo e inovador, através da experimentação, identificação e conhecimento do seu Talento, numa fase amadora e inicial do seu percurso.</p> <p>Sensibilizar os jovens para a importância do desenvolvimento das suas competências pessoais, vocacionais e sociais. Para jovens individuais ou em grupos informais, residentes e/ou estudantes no concelho de Cascais</p>
--	--	--

Incubadora e coworking - 2

NORTE	CENTRO	SUL
	<p>Águeda, Incubadora Juvenil, em parceria com a Psientífica – Ass. Promoção e Desenvolvimento Social. Incuba Já – constitui um centro de empreendedorismo e inovação social juvenil, em que através de um trabalho criativo, em dinâmica e em parceria, procura apresentar solução inovadoras no concelho. Prevê a incubação de 10 projetos sociais, desenvolvidos individualmente ou em grupo e cujos destinatários serão jovens entre 16-18 anos (no ensino secundário), jovens entre 19-30 anos (no ensino superior, em transição para o mercado de trabalho, desempregados e/ou à procura do 1.º emprego) e jovens NEET (que não estudam nem trabalham). Capacitação e desenvolvimento do potencial juvenil; inculcar o espírito crítico e de empreendedorismo; <i>preparar os jovens no que respeita à formação em competências chave para o ingresso no mercado de trabalho; capacitar os jovens através do seu envolvimento no processo de desenvolvimento de competências e aprendizagens, tornando-os mais criativos, empreendedores</i>, ativos na busca de soluções para uma transição positiva para o mercado de trabalho; Projeto financiado pelo Programa de Parcerias para o Impacto, no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE).</p>	<p>Chamusca, Matriz 21 disponibiliza uma equipa de 15 técnicos do Município a trabalhar para apoiarem os jovens e informarem sobre os mais diversos temas: empreendedorismo, a educação, investigação, associativismo jovem, emprego, formação, gestão de carreiras, psicologia, apoio jurídico, habitação, atividades de lazer, voluntariado, programas de apoio nacionais e europeus. O espaço está também dotado de vários equipamentos digitais, para apoio no trabalho dos jovens, tem acesso à Internet, e foi concebido com pequenos nichos de trabalho individualizados.</p>

4.1.2.3. Atividades indiferenciadas entre emprego e empreendedorismo

NORTE	CENTRO	SUL
<p>Valongo, Formação de competências empreendedoras e de competências transversais, dadas pela FNAJ no âmbito da semana europeia da democracia local (SEDL)</p>	<p>Ovar, «Ciclo Prepara-te!» tem vindo a tornar-se uma referência na formação dos jovens no Município, em que a escolha dos temas resulta de pedidos feitos pelos próprios jovens do município, com workshops como “Como Fazer Crescer o Teu Dinheiro”, “Impressiona no LinkedIn” ou “Deixa a Tua Marca, Marketing Pessoal para Todos os Dias</p>	<p>Cascais, Cidade das Profissões, promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos pelo desenvolvimento de competências e pela promoção do conhecimento sobre as profissões e o mundo do trabalho,</p>
<p>Porto, Cidade das Profissões, promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos pelo desenvolvimento de competências e pela promoção do conhecimento sobre as profissões e o mundo do trabalho, r</p>		<p>Chamusca, o Matriz 21 disponibiliza uma equipa de 15 técnicos do Município a trabalhar para apoiarem os jovens e informarem sobre os mais diversos temas: empreendedorismo, a educação, investigação, associativismo jovem, emprego, formação, gestão de carreiras, psicologia, apoio jurídico, habitação, atividades de lazer, voluntariado, programas de apoio nacionais e europeus.</p>
<p>Santa Maria da Feira, a Agência Local em Prol do Emprego, promovido pela Câmara Municipal e coordenado pela Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL., desenvolve um trabalho gratuito e de proximidade com empresas, desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e empreendedores, trabalhando as temáticas da empregabilidade, formação, criação do próprio negócio e empreendedorismo social.</p>		

4.2. - O Emprego e Empreendedorismo Jovem nas políticas municipais, como instrumento de apoio ao desenvolvimento local

Este eixo pretende debater as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem no apoio ao desenvolvimento local, nomeadamente:

- No combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios,
- Como prioridade em municípios com uma média de população jovem menor
- Como fator importante para os municípios do interior.

Verificando a distribuição no mapa de Portugal Continental dos concelhos da amostra, constata-se o carácter predominantemente litoral da distribuição.

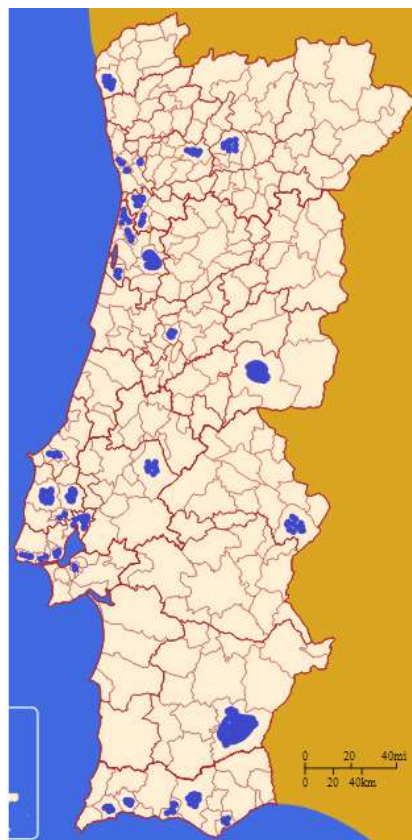


Fig. 1 Distribuição no mapa dos concelhos da amostra

De acordo com a Comissão Interministerial de Coordenação⁸⁵ estão classificados, em Portugal, 165 municípios e 73 freguesias como territórios de baixa densidade, definição que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, características físicas e socioeconómicas do território e as acessibilidades.

Estes territórios são caracterizados por fortes ameaças de despovoamento, resultando em:

- desertificação física provocada pelo abandono de terras e das atividades produtivas conexas;
- declínio das atividades económicas e perda de massa crítica;
- acréscimo significativo decustos de provimento de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo;
- na redução de serviços públicos fundamentais e a correspondente degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.⁸⁶

Segundo a listagem dos territórios de baixa densidade da CIC, Portugal 2020 (em anexo) são seis os concelhos da amostra dentro dos territórios de baixa densidade:

- Castelo Branco,
- Chamusca,
- Elvas,
- Lousã,
- Mértola e
- Vila Real.

⁸⁵ CIC,2020

⁸⁶ AJAP, 2018; p. 17



Fig. 2 Territórios de baixa densidade de Portugal Continental (in Guia de Boas Práticas Nacionais e Internacionais (Empreendedorismo Agrícola); AJAP; 2018)

Procurou-se responder às três perguntas do Eixo 2 a partir das descrições das iniciativas municipais de emprego e empreendedorismo jovem e da perceção do compromisso dos municípios com as iniciativas, a nível de investimento, afetação de recursos humanos, criação de oportunidades e acolhimento dos jovens e dos seus projetos, criando vínculos que os afetam ao território.

Consultando dados sobre a população do INE⁸⁷ e sobre o Índice de Envelhecimento, por municípios, selecionou-se os municípios de baixa densidade, dividindo-os por região Norte, Centro e Sul, fez-se a média do índice de envelhecimento de cada região.

A Região Norte encontra-se envelhecida com 23% da população (823. 506 habitantes) a apresentar 65 anos ou mais. Esta realidade agrava-se quando se analisam os Municípios de Baixa Densidade da Região Norte, onde 197.563 dos habitantes, representando 29.5% da população, tem 65 anos ou mais.

Analisando a faixa etária mais jovem, verifica-se que na Região Norte, apenas 436.031 dos residentes têm menos de 15 anos (12,1% da população). Nos Municípios de Baixa Densidade o número de jovens com menos de 15 anos é de 69.455, representando 10,38% da população nestes territórios. Estes dados traduzem um índice de envelhecimento

⁸⁷ Censos 2021

de 188,9 e 348,33 na Região Norte e nos Municípios de Baixa Densidade da Região Norte, respetivamente.

Na nossa amostra, 8 municípios localizam-se a Norte:

Concelhos da amostra no Norte	Índice de envelhecimento (2021)	% Jovens - 15 anos	Combate envelhecimento?	Prioridade qd pop. Jovem é menor?	Fator Importante interior?
Amarante	194.9	11.64	S	S	-
Matosinhos	187.5	12.43	S	S	-
Oliveira de Azeméis	205	11.48	S	S	-
Porto	226.9	11.51	N	S	-
Santa Maria da Feira	171.8	12.44	N	N	-
Valongo	148.4	13.28	S	N	-
Viana do Castelo	214.9	11.85	N	S	-
Vila Real	199.4	11.93	N	S	N

À exceção de Valongo, Santa Maria da Feira e Matosinhos, todos os municípios se encontram acima do índice de envelhecimento da região norte (188.9).

Vila Real, capital de distrito e o único município que consta da lista dos municípios de baixa densidade, tem um índice de envelhecimento de 199.4, em 5º lugar desta amostra de 8, não parecendo a baixa densidade ser um indicador relevante neste caso. A medida municipal de empreendedorismo jovem de Vila Real que faz parte da amostra centra-se num concurso de ideias para jovens dos 18 aos 30 anos, grupos informais ou associações juvenis, em que é dado um valor de 5000€ para dois vencedores executarem a sua ideia.

Já o índice de Envelhecimento do município do Porto (226.9) justifica alguma prioridade dada a medidas como a Cidade das Profissões (em ambas as vertentes informação e consultoria, coaching e mentoria) e o Programa Municipal de Imersão em Mercado de Trabalho, “Summer opPORTOnities”, assim como a extensão e antiguidade de algumas destas medidas (Cidade das Profissões, desde 2006).

Valongo destaca-se com a maior percentagem de jovens abaixo dos 15 anos (13.28%) e mais baixo índice de envelhecimento (148.4). A amostra de iniciativas que temos deste concelho apresenta maior foco na empregabilidade e na integração das pessoas no mercado de trabalho, para uma faixa etária mais velha.

Na nossa amostra, 10 municípios localizam-se no Centro:

Concelhos da amostra no Centro	Índice de envelhecimento	% Jovens -15 anos	Combate envelhecimento?	Prioridade qd pop. Jovem é menor?	Fator importante interior?
Águeda	209,7	11.97%	S	S	-
Alenquer	130,1	14.96%	N	S	-
Arruda dos Vinhos	133.2	16.17%	N	N	-
Castelo Branco	220.1	11.40%	S	S	S
Estarreja	176.6	12.53%	N	S	-
Lousã	151	12.92%	S	S	S
Óbidos	193,6	12.25%	N	N	-
Ovar	166.1	12.42%	N	N	-
Torres Vedras	156,4	13.20%	S	S	-
Vagos	167.7	13.21%	S	S	-

A região Centro tem uma população de 2.235.752 habitantes, dos quais 606.906 têm 65 anos ou mais (27%) e quase 12% tem menos de 15 anos (262.983 habitantes), o que constitui um índice de envelhecimento de 230.8.

Esta realidade agudiza-se nos Municípios de Baixa Densidade da Região Centro, onde 248.780 dos habitantes, representando 32.25%, têm 65 anos ou mais sendo os jovens com 15 anos ou menos apenas 10% (77.768) da população dos municípios de baixa densidade do centro. O índice de envelhecimento dos municípios de baixa densidade do Centro é de 377.35.

A região Centro apresenta o maior envelhecimento do país, tanto no total dos municípios como nos municípios de baixa densidade.

A nossa amostra de municípios do Centro revela, simultaneamente, índices de envelhecimento bastante baixos para a média nacional, como Alenquer e Arruda dos Vinhos, com índices de envelhecimento de 130,1 e 133,2 respetivamente e 15% e 16% de população abaixo dos 15 anos.

Nestes casos o foco das iniciativas municipais de emprego e empreendedorismo jovem vai para programas de empreendedorismo escolar (aquisição de competências no primeiro caso e concurso de ideias no segundo).

Óbidos, apesar de também estar no Oeste, tem um índice de envelhecimento elevado para esta tabela, com 193.6 e uma percentagem de população jovem menor do que os outros concelhos do Oeste (Alenquer, Arruda dos Vinho e Torres Vedras). A iniciativa de apoio ao emprego e empreendedorismo deste município distingue-se por criar uma inversão entre programadores e destinatários, sendo uma associação de jovens a trabalhar, em parceria com

a Câmara Municipal, para criar empreendedores de todas as idades, para atividades de venda em eventos e espaços municipais, nas áreas do artesanato, etc.

Águeda, com 209.7 de índice de envelhecimento, desenvolve o tema do empreendedorismo com uma incubadora juvenil, na qual os jovens poderão ter apoio de vários níveis à concretização dos seus projetos.

Os municípios de baixa densidades presentes na amostra da região centro são Lousã e Castelo Branco. Lousã, com índice de envelhecimento de 151, investe em estágios para jovens dos 14 aos 18 anos nos serviços públicos (Emprego) e Castelo Branco (índice de envelhecimento de 220.1) desenvolve um programa de empreendedorismo com várias medidas, para público em idade escolar.

Na nossa amostra, 12 municípios localizam-se a Sul:

Concelhos da amostra no Sul	Índice de envelhecimento	% Jovens - 15 anos	Combate envelhecimento?	Prioridade qd pop. Jovem é menor?	Fator Importante interior?
Albufeira	133.9	13.84%	N	N	-
Cascais	159.5	14.35%	S	S	-
Chamusca	295.5	10.61%	S	S	S
Elvas	176.2	13.79%	S	S	S
Lagos	199.2	12.66%	N	S	-
Lisboa	177.8	13.19%	S	S	-
Loulé	173.5	13.63%	N	N	-
Mértola	419.1	8.79%	N	N	N
Moita	150	14.78%	S	N	-
Oeiras	173	14.02%	N	N	-
Olhão	163.5	14.19%	S	N	-
Vila Franca de Xira	124.8	15.09%	S	S	-

Consideramos nesta região o território a Sul do Tejo e Área Metropolitana de Lisboa num total de 4.040.738 habitantes (AML 2.896.627, Alentejo 705.410 e Algarve 465.701 habitantes).

A população com 65 ou mais anos (928.722 habitantes) constitui quase 23% da população total desta região e os jovens com 15 anos ou menos 13.86% (560.115), sendo o índice de envelhecimento 183,60.

Os municípios de baixa densidade dentro da região sul perfazem 506.092 habitantes, dos quais 11,88% têm 15 anos ou menos e 28,25% têm 65 anos ou mais. O Índice de envelhecimento dos municípios de baixa densidade desta região é 284.27.

Da amostra de concelhos que selecionamos dentro dos municípios de baixa densidade na região sul, temos Elvas (com índice de envelhecimento de 176,2), Chamusca (299) e Mértola (419.1). A possibilidade de as políticas municipais de juventude de emprego e empreendedorismo poderem ser uma forma de reagir à situação de envelhecimento do

território é corroborada pela descrição do Prémio Jovem Empreendedor (que resulta de uma proposta aprovada no Orçamento Participativo 2019):

“O Município de Mértola ofereceu o Prémio Jovem Empreendedor, por considerar que o incentivo ao empreendedorismo, e em particular, ao empreendedorismo jovem, contribui para dinamizar o espírito de iniciativa, para o reforço da sustentabilidade das comunidades locais e potencia o seu desenvolvimento integrado.” (in site do município)

Destinado a indivíduos com idade entre os 18 e os 30 anos de idade (inclusive), recenseados no concelho de Mértola, que se destaquem pela proposta de criação de melhor ideia de negócio, ao vencedor é atribuído um prémio pecuniário de 2000€, com 18h de ações de capacitação, em competências empreendedoras incluídas. (Empreendedorismo: concurso de ideias). Sendo Mértola o município com índice de envelhecimento mais alto da nossa amostra, com 419, 1, com uma percentagem de jovens abaixo dos 9%, este parece um investimento pouco ambicioso para apoiar a juventude que pretenda se fixar no concelho.

Em Chamusca (índice de envelhecimento de 296), o Matriz 21 – Gabinete para a Juventude para jovens dos 14 aos 35 anos está aberto à participação dos jovens e às suas sugestões para a realização de eventos e atividades que valorizem os seus percursos pessoais, profissionais e académicos e para se informarem sobre os mais diversos temas: empreendedorismo, a educação, investigação, associativismo jovem, emprego, formação, gestão de carreiras, psicologia, apoio jurídico, habitação, atividades de lazer, voluntariado, programas de apoio nacionais e europeus. (Emprego/ empreendedorismo: divulgação/ informação; conselho, coaching, mentoria).

Elvas, o último concelho inserido nos municípios de baixa densidade, com um índice de envelhecimento de 176.2, apresenta o projeto DARE em parceria com a associação Par, desenvolvido em vários países, destinado a jovens entre os 15 e os 29 anos, que não trabalham nem estudam.

“Com mais de 9 parceiros europeus, de sete países, quer promover a cooperação transnacional de forma a encontrar novas formas de apoiar 1400 jovens, melhorando a sua qualidade de vida.

Foi realizado um laboratório de emprego e outro de empreendedorismo, com um total de 20 horas cada, incluindo formação em grupo, em que foram abordadas temáticas relacionadas com estas áreas, mentoria e coaching individual, tendo conseguido uma taxa de empregabilidade de 70%.” (Emprego - competências de emprego e empreendedorismo; conselho, coaching e mentoria).

Vila Franca de Xira, na zona norte da Área Metropolitana de Lisboa, particularmente industrializada, apresenta o mais baixo índice de envelhecimento da nossa amostra e uma das mais altas percentagens de população jovem. As medidas municipais para jovens são, apesar disso, várias em diferentes áreas de emprego e empreendedorismo, tais como:

- Programa de ocupação de jovens, experiência em contexto de trabalho (de longa duração);
- Informação de interesse para jovens, especializada por pólos (em Ensino e Formação, Direitos Humanos, saúde e participação cívica, voluntariado turismo e cultura) em diferentes pontos do concelho;
- Fábrica do Empreendedor – projeto em parceria com a SEACOOOP - Social Entrepreneurs Agency para apoiar os jovens em situação de vulnerabilidade nas áreas do emprego, formação/qualificação, criação de negócios, competências empreendedoras, dinamização de projetos de intervenção comunitária e animação territorial que visam a promoção de comunidades sustentáveis.

4.3. Municípios «fora da caixa»

No Encontro de vereadores promovido pela DYPALL sob o tema “Políticas Locais com Impacto na Atração e Fixação de Jovens”, realizado a 30 de março de 2022, a Câmara Municipal de Cascais, começou por descrever a identificação de necessidades do público sobre o desenvolvimento de *soft skills*, exploração vocacional e experimentação, para o qual foram desenvolvidos dois eixos de resposta municipal, um dos 12 aos 30 anos, Jovem Cascais (no qual se insere o Emplay, Experimenta, GO, Descobre +) e outro eixo, da Cidade das Profissões, entre os 18 e os 65 anos (com programas como DNA Match, + Empregabilidade, etc).⁸⁸

Entre os vários programas existentes em Cascais, destacou o Descobre +, um programa de formação e jobshadowing que pretende fomentar a emancipação dos jovens através da aquisição de competências, pela experiência e contacto com o mundo profissional. Este programa surgiu após uma manifestação de necessidade de mão de obra por parte da comunidade de pescadores ao deparar-se com esta dificuldade do mercado de trabalho.⁸⁹

A necessidade de colmatar “uma falha no mercado de apoio a empreendedores e de dar resposta a níveis de desemprego elevados, especialmente entre os jovens”⁹⁰ esteve na base da criação em 2007 da Agência DNA Cascais, associação sem fins lucrativos, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais e de duas empresas municipais.

A resposta integrada à problemática do empreendedorismo, denominada «ecossistema empreendedor», premiada a nível nacional e europeu, vai desde as escolas empreendedoras, concursos de ideias, ninho de empresas, soluções de financiamento e diversas ferramentas de apoio e consultoria.

O modelo do «ecossistema empreendedor» tem vindo a ser parcialmente reproduzido, com apoio da DNA e com as devidas alterações, noutros contextos, sendo já «exportado» também a nível internacional. Ressalvam-se as tentativas menos bem sucedidas, por falta de empenho do executivo municipal, não afetação de recursos qualificados e permanentes e falta de «resiliência institucional» de esperar por resultados que podem levar anos a aparecer.

Em 2012 o balanço era de mais de 400 postos de trabalho criados, prémios nacionais e internacionais que comprovavam a qualidade e relevância do modelo “na criação de condições estruturais que potenciem a ligação entre empreendedorismo e desenvolvimento regional”. A criação de um conjunto de empresas em setores de atividade próximos leva a um

⁸⁸ In Pacto; Relatório Encontro Nacional de Vereadores, DYPALL, 2022

⁸⁹ Idem

⁹⁰ Valente, Dantas, Dominginhos; 2012; p.6

efeito de economias de aglomeração, que efetivam a ligação entre empreendedorismo e desenvolvimento regional.⁹¹

Atualmente o site da agência refere que a DNA Cascais “apoiou nos últimos 14 anos, 424 novas empresas que representam 2.155 novos postos de trabalho e 69,1 milhões de Euros de Investimento global no universo empresas DNA Cascais, decorrentes 4099 reuniões com empreendedores. Possui igualmente um dos maiores programas de Empreendedorismo Jovem em Portugal, que ao longo de longo dos 13 anos do programa, viu mais de 49.000 jovens, 300 professores e 50 escolas do concelho de Cascais envolvidas no seu projeto Escolas Empreendedoras.”⁹²

O Fundão também se tem destacado, desde há 9 anos, na captação de pessoas para o concelho, por questões demográficas, mas também económicas. Numa entrevista no fim de 2021, o presidente da Câmara Municipal, Paulo Fernandes, explica como falharam uma primeira abordagem à atração de talentos para o interior, com base na ideia de que os freelancers na área da programação podiam vir para qualquer sítio, focados numa componente individual.⁹³

Quando compreenderam o valor da comunidade, a qualidade de vida, a oferta de serviços de proximidade e o facto de só uma pequena parte dos programadores – e dos freelancers – serem nómadas, foram para escalas maiores, para as empresas, com a oferta de capital humano.

Atualmente o concelho conta com 27000 pessoas, das quais cerca de 1400 chegaram nos últimos seis anos. O concelho conhece as suas necessidades de captação de recursos humanos, que são de entrada de 3 pessoas/ dia nos próximos oito a dez anos, ou seja, cerca de 7000 emigrantes terão de entrar nos próximos anos. O posicionamento do concelho passou de Fundão Inovação para Fundão – Terra de Acolhimento.

Convidados a apresentar a sua experiência no mesmo encontro de vereadores, sob o tema “Políticas Locais com Impacto na Atração e Fixação de Jovens”, destacaram a sustentabilidade do território através da atração de empresas, criação de riqueza e de postos de trabalho, através de um modelo de inovação aberta.

O apoio mensal de 150 euros durante um ano para novos trabalhadores no concelho, com obrigatoriedade de transferência do domicílio fiscal para o Fundão durante cinco anos e a redução de 50% de IMI para empresas que criem até 5 postos de trabalho são incentivos muito inovadores e expressivos da vontade política do executivo, que diz já ter apoiado mais de 250 projetos de investimento através deste regime.

⁹¹ Sternberg, 2011 in Valente, Dantas, Dominginhos, 2012

⁹² in site DNA Cascais, consultado a 8 novembro 2022

⁹³ Rute Sousa, 2021; “The next big idea”, +1000 engenheiros escolheram o Fundão para viver

O município destaca que tanto a vertente empreendedora, o freelancer com a sua micro-empresa, como a vertente da empregabilidade, dos que vão para o Fundão trabalhar para qualquer empresa do mundo, têm os mesmos benefícios: bolsa de cada e arrendamento, hub tecnológico, serviços de proximidade para a família, envolvimento em múltiplas redes e um ensino público bilingue em que aprender a programar e fazer queijo são competências a desenvolver.⁹⁴

⁹⁴ Rute Sousa, “The next big idea”, +1000 engenheiros escolheram o Fundão para viver

Discussão de resultados

5.1. Políticas municipais de emprego e empreendedorismo na juventude - para que idades?

Quando abordamos processos de autonomização de jovens em iniciativas municipais, a idade pode ser muito condicionante. Até aos 18 anos os programas focam-se no desenvolvimento de competências e algumas experiências de descoberta. A partir dos 18 anos as medidas de apoio poderão passar a ser mais efetivas, no que à construção de percursos de autonomização diz respeito.

Começando pela idade mínima dos participantes, algumas autarquias desenvolvem atividades a partir do 1º ciclo (6, 7 anos), na área da educação para o empreendedorismo, como Alenquer e Castelo Branco (programa Coolworking). Em Lisboa, em parceria com a Junior Achievement Portugal (JAP) desenvolve-se um programa com escolas, a partir do 5º ano, ou seja, aproximadamente a partir dos 10 anos de idade.

Outros municípios desenvolvem empreendedorismo escolar em idades mais avançadas, com predominância no secundário, como Amarante, Lagos, Vagos e Arruda dos Vinhos.

A academia «Tive uma Ideia»,⁹⁵ em Arruda dos Vinhos, destina-se a orientar os jovens entre os 14 e os 18 anos no desenvolvimento do seu projeto, com módulos práticos e teóricos, visitas a empresas, mentores experientes e apresentação final.

Fora do âmbito escolar, as idades mais jovens aparecem numa iniciativa de «Talentos» em Cascais (denominada Projeta-te), a partir dos 12 anos. O Projeta-te destina-se aos jovens entre os 12 e os 30 anos a quem é atribuído um apoio financeiro até 2500€ para o desenvolvimento do talento (a solo ou em grupos informais).

Na Moita também aparece um programa na área de Talentos, a partir dos 14 anos (e até aos 35), onde a autarquia apoia a mostra dos talentos, através de ajuda em vários aspetos da organização de eventos, assim como Olhão dispõe de uma atividade para jovens muito semelhante.

Os programas de Emprego começam a partir dos 14 anos, em Matosinhos e Cascais e Lousã, com atividades de orientação vocacional e profissional, com:

- orientador para construção contextualizada de projetos de carreira (GO, Cascais, até aos 30 anos),

- estágios de verão em serviços públicos (Lousã, até aos 18 anos) e
- campo de férias para desenvolvimento de competências transversais, visitas a empresas e organizações para os jovens a partir do 9º ano estarem mais preparados para as suas escolas vocacionais (Matosinhos, até ao fim do secundário).

Algumas medidas da amostra selecionada também não têm limite de idade. O apoio à autonomia e emancipação jovem, quando passam pela capacitação com bolsas de estudo pode estender-se a públicos desfavorecidos, que de «jovem» passam a «jovens à procura do primeiro emprego», «desempregados», «desempregados de longa duração», etc.

Para além do exemplo de Loulé, mencionado acima, são exemplos deste alargamento do público alvo da juventude até aos adultos desempregados, a Agência Local em Prol do Emprego, de Santa Maria da Feira, coordenado pela Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL., que desde 2006 desenvolve um trabalho gratuito e de proximidade com empresas, desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e empreendedores em prol da inclusão social.

O DNA Match de Cascais também não tem idade limite para os destinatários dos estágios profissionais que desenvolvem nas empresas com atividade em Cascais, estimulando a criação de emprego.

O programa “ATIVA-TE”, dinamizado pelo Espaço Ó – Espaço de ativação comunitária apoiado pelo município de Óbidos, resulta de uma estratégia de desenvolvimento da comunidade local, dotando as pessoas de ferramentas para que, de forma participada, possam transformar ideias e saberes em modelos de negócio e funciona como incubadora de vendedores de todas as idades para os eventos do município.

5.2. Parceiros e parcerias

O investimento de cada território no setor da juventude, mais concretamente do emprego e empreendedorismo jovem, também pode ser analisado através das parcerias envolvidas em cada atividade. Se para algumas iniciativas os recursos municipais são suficientes para suprimir as lacunas detetadas, para outras, a existência de parceiros introduz massa crítica, mais-valia, inovação e amplifica os resultados.

“Na perspetiva da educação, empregabilidade, inovação e tecnologia é imperativo criar sinergias com todos os agentes no território. Proporcionar encontros entre tecido empresarial e ensino, permitiria uma maior ligação entre os agentes locais e regionais. As pontes de comunicação podem passar também por criação de sinergias

intermunicipais, de utilização eficaz das infraestruturas e adequação da oferta de formação na região às necessidades do mercado de trabalho”⁹⁶

Segundo a descrição das atividades, podemos constatar que das 40 iniciativas da amostra, 15 concelhos têm parceiros locais e regionais e 5 têm parcerias internacionais (Elvas, Estarreja, Torres Vedras, Porto e Cascais):

- Elvas, a partir de uma parceria do município com a Associação Par, desenvolve-se o projeto DARE, para jovens a partir dos 15 anos (e até aos 29), destinado a jovens NEET, conta com 9 parceiros europeus de 7 países, para uma cooperação internacional que visa encontrar formas de apoiar 1400 jovens (dos 7 países) a melhorar a sua qualidade de vida e a sua empregabilidade. Através de formação em competências transversais, competências empreendedoras, através de coaching e mentoria, conseguiu-se empregar cerca de 70% destes jovens.
- Estarreja, município com 27000 habitantes e uma taxa de desemprego jovem de mais de 30% dispõe de⁹⁷:
 - uma incubadora de empresas criada em 2008,
 - um gabinete de inserção profissional (GIP) para apoiar a integração de jovens e adultos no mercado de trabalho,
 - um programa de empreendedorismo na escola,
 - um gabinete de empreendedorismo para cidadãos, jovens ou não, que queiram criar a sua empresa,
 - um programa de empreendedorismo jovem (TOP- Training, Opportunities and Pitch) desenvolvido no âmbito do projeto European Youth Inclusive Entrepreneurship Lab, financiado pelo programa Erasmus+. (Os parceiros europeus deste projeto são os Municípios de Cinisello Balsamo (Itália), Karditsa (Grécia), Caracal (Roménia) e Rezekne (Letónia) e como parceiro nacional, o Município de Vagos.)

Na sequência do programa TOP, o Município de Estarreja integrou o programa Impact⁹⁸ (que consta na publicação EntreComp Europe Inspiring Practices, de novembro 2020). O Impact faz uma auto-avaliação das competências adquiridas pelos jovens nos programas de empreendedorismo em curso, a partir de uma ferramenta europeia de reconhecimento de competências de empreendedorismo, o Entrecomp. Esta é uma parceria estratégica com parceiros de cinco nacionalidades: Asociación Jóvenes Solidarios (Espanha), Akademia Humanistyczna – Ekonomiczna w Łodzi (Polónia), Bridging to the Future (Reino Unido) e Oficina del Pla Jove de la Diputació de Barcelona (Catalunha) que desenvolveram uma

⁹⁶ Suleman in Pacto; Relatório Encontro Nacional de Vereadores; DYPALL; 2022

⁹⁷ In Pacto; Relatório Encontro Nacional de Vereadores, DYPALL, 2022

⁹⁸ Impact of entrepreneurship programmes in young entrepreneurs skills acquisition - <https://impact.ahe.lodz.pl/#/>

plataforma informática disponível online com 55 itens para autoavaliação dos alunos com as seguintes competências EntreComp: Iniciativa, Motivação e Reconhecer Oportunidades,

- Torres Vedras - O projeto “Moinhos – Formar para Inovar”, consórcio entre o município e várias escolas profissionais do Concelho, surge em 2014 no seguimento do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida – Leonardo da Vinci, ao abrigo do qual foram atribuídas 98 bolsas de estágio profissional em quatro anos.

O objetivo primário deste projeto é criar uma rede concelhia de trabalho sustentável, criando sinergias e partilha de esforços entre todos os agentes educativos do concelho, por forma a diversificar a oferta formativa e dinamizar as políticas educativas, alargando a uma dimensão europeia. Conta com uma rede de 6 escolhas, que envia cerca de 40 alunos e recém-diplomados para realizar estágios em 10 países diferentes.

Destinado a jovens formandos e recentemente formados pelo ensino profissional do Concelho, a iniciativa aposta na sua formação profissional e especializada, pelo período de três meses, em empresas distribuídas pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bulgária, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália e República Checa. Antes da partida para o estágio, é realizada uma preparação que inclui formação linguística, competências de trabalho em grupo, interculturais e mobilidade. É feito acompanhamento durante a experiência de mobilidade, avaliação e follow-up pós-mobilidade.

- Porto e Cascais pertencem à rede das cidades das profissões /Réseau Cités des Métiers, criada em França na década de 90, com mais de 30 centros em vários países europeus. Pretendem promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos pelo desenvolvimento de competências e pela promoção do conhecimento sobre as profissões e o mundo do trabalho. A inclusão do Porto nesta rede foi uma das iniciativas mais antigas nesta área, dentro da amostra e informação de que dispomos.
- Cascais dispõe de várias iniciativas com parcerias e financiamentos internacionais, nomeadamente o Employ, ferramenta para a empregabilidade, disponível para os técnicos e os municípios que a queiram conhecer e aplicar: uma App, um Jogo de Tabuleiro, uma Agenda Tips e Hints e um Manual para técnicos que trabalham esta temática - foram concebidas pelo projeto Employability Tools, no âmbito do programa Erasmus+/ Ação Chave 2.

Destacamos ainda Loulé, outro município com intervenção em parceria nesta área, esta local, com a Fundação António Aleixo e financiado pelo Fundo de Inovação Social Portugal 2020, visa o combate ao desemprego de jovens NEET a partir dos 15 anos (e até aos 29), mas também alunos PIEF (integrados em educação formação) e Desempregados de Longa Duração, através de formação prática em carpintaria naval. O projeto «Oficina Mar Vivo» aposta no setor específico da carpintaria náutica, através de parceiros como a freguesia de Quarteira, Marina de Vilamoura e Vilamoura Sailing, podendo ser um exemplo de promoção

de emprego e recuperação de desempregados para sectores de atividades com falta de recursos humanos especializados.

5.3. A interioridade e as medidas municipais de autonomização dos jovens

Os dados revelam que, de forma geral, a população com 65 anos ou mais constitui um quarto da população total e a população com menos de 15 anos cerca de metade da primeira (1 oitavo da população total).

Nos municípios de baixa densidade (cerca de dois terços do país) esta proporção altera-se. A população com 65 anos ou mais ronda os 30% e a população com menos de 15 anos ronda os 10%.

Este panorama demonstra a urgência de inverter esta tendência.

Sendo a questão de partida procurar perceber o contributo das medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem para o desenvolvimento local no primeiro eixo, relativamente à caracterização da amostra, no que diz respeito às medidas de Emprego e Empreendedorismo Jovem, consideramos que se pode desenvolver um diagrama com um vetor vertical que elenca das medidas municipais do empreendedorismo ao emprego e um vetor horizontal que distribui os municípios com mais e menos densidade, verificando-se que:

- poucas são as iniciativas municipais que se destinam exclusivamente a jovens maiores de idade. Sendo um segmento restrito é abrangido por muitas iniciativas que podem ter como destinatários jovens mais novos ou adultos mais velhos, não sendo a área da autonomização através do Emprego ou Empreendedorismo uma aposta que se destaque;
- a esmagadora maioria das iniciativas recai sobre os territórios do litoral, mais rejuvenescidos, não aparentando constituir uma estratégia de intervenção no combate à desertificação dos territórios;
- Não se descarta, no entanto, que estas iniciativas possam ser um esforço para o desenvolvimento local também destes territórios, já que muitos concelhos no litoral também apresentam um alto índice de envelhecimento, com Porto e Viana do Castelo entre os mais altos da nossa amostra. Estes são, justamente, concelhos em cuja descrição das atividades se reconhece a intenção de «fixar as pessoas na cidade»⁹⁹ ou “criar uma estreita relação de proximidade com as associações juvenis do

⁹⁹ Porto, com a Cidade das Profissões, pretende “desenvolver atividades que fixem as pessoas na Cidade.”

Concelho, assim como com todos os jovens que sintam que têm a missão de contribuir para o desenvolvimento da sua cidade”.¹⁰⁰

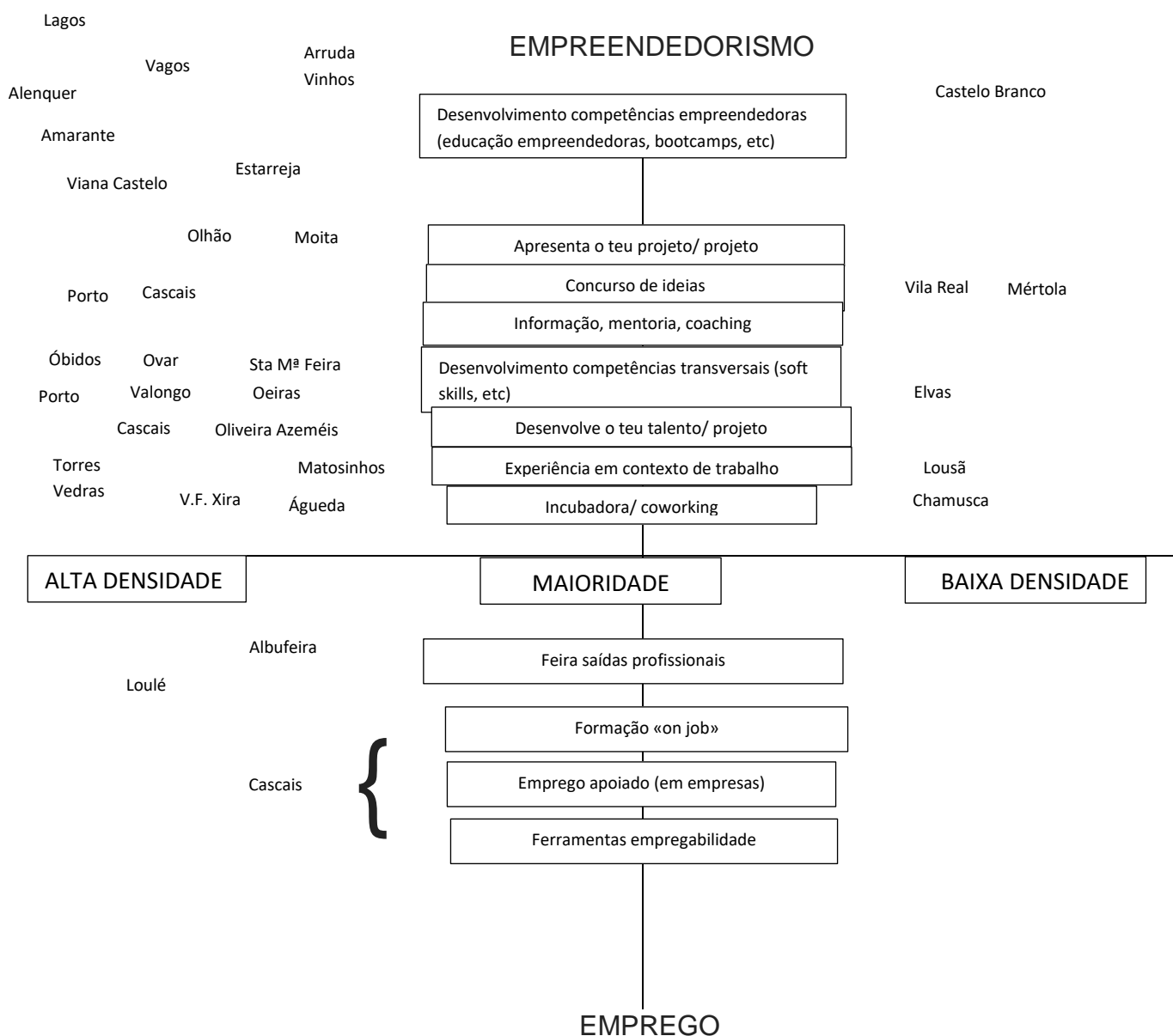


Fig. 3 Amostra das medidas municipais de emprego e empreendedorismo dos jovens, por densidade do território

No segundo eixo procurou-se relacionar as tendências demográficas com as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem, no sentido de perceber se se enquadram numa tentativa de combater tendências demográficas ou geográficas desfavoráveis, como o

¹⁰⁰ site Viana do Castelo

envelhecimento da população ou a interioridade, ou de dar resposta à presença de jovens a necessitar de apoio à sua autonomização.

No que diz respeito ao eixo 2, que visa responder à questão se o emprego e empreendedorismo jovem nas políticas municipais é usado como combate ao envelhecimento e desertificação dos municípios, consideramos que em 47% da amostra (14 municípios) não foram encontradas evidências de que assim seja e em 53% da amostra (16 municípios) consideramos existir evidências de que estas medidas sejam um contributo, e que revelam preocupação do município, ainda que possa não ser uma resposta suficiente.

Sobre a possibilidade de as medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem serem uma prioridade em municípios com uma média de população jovem menor, verificámos que, segundo os Censos 2021, a percentagem de jovens com menos de 15 anos varia entre 8.79% (Mértola) e 16,17% (Arruda dos Vinhos), pelo que consideramos toda a amostra com baixa percentagem de população jovem. Posto isto, considerou-se que para 19 municípios (63%), as medidas municipais de emprego e empreendedorismo são prioritárias, mesmo que o esforço possa não reverter a tendência de diminuição de população jovem do concelho. A distribuição da classificação de concelhos com medidas prioritárias e não prioritárias acentuou a tendência a Sul para um equilíbrio (50% cada), enquanto que nas outras regiões os concelhos considerados com medidas prioritárias eram a maioria (a Norte os concelhos considerados com medidas não prioritárias eram 25% e no Centro 42.8%).

Sobre a interioridade como fator importante na distribuição de medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem no país, dos seis municípios com baixa densidade da amostra, em dois deles (Mértola e Vila Real) a iniciativa municipal de emprego e empreendedorismo jovem parece pouco importante. No caso de Mértola, com o índice de envelhecimento mais alto da amostra (419,1), o concurso de ideias em que o vencedor ganha 2000€ parece um investimento pouco ambicioso para combater um problema desta dimensão.

No caso de Vila Real, com índice de envelhecimento de 199,4 e 11,93% de população jovem, a questão parece um pouco menos grave e a medida mais ambiciosa, com o concurso de ideias a permitir dois vencedores com um prémio de 5000€ cada. Ainda assim, para município de baixa densidade, parece uma medida pouco abrangente.

Em Chamusca (segundo Índice de Envelhecimento mais elevado da amostra – 295, 5 e 10.6% de população jovem), o gabinete para a juventude “Matriz 21” parece dar resposta a problemas de várias dimensões da população jovem (emprego, empreendedorismo, habitação) com conselho, coaching e mentoria e espaço coworking.

Já o desenvolvimento de 60 estágios dos 14 aos 18 anos na Lousã, o programa Coolworking em Castelo Branco e o programa DARE para jovens NEET (com 70% de empregabilidade) em Elvas, parecem medidas importantes para os respetivos concelhos, que envolvem os técnicos e vinculam os jovens.

CONCLUSÃO

“Importa olhar com sentido estratégico para a dinamização dos territórios e a criação de condições de retenção das populações mais jovens.”¹⁰¹

A intervenção pública pode ser fulcral para desbloquear obstáculos ao desenvolvimento local de regiões mais desfavorecidas e mais deprimidas economicamente, através do direcionamento de um conjunto de investimentos e de ações nas áreas identificadas com potencial de desenvolvimento económico, passíveis de funcionar como despoletadores.¹⁰²

As medidas municipais de emprego e empreendedorismo jovem poderão ser um contributo para o desenvolvimento local mas necessitam de maior suporte institucional, mais coordenado, para responder às reais necessidades dos jovens, que serão a muito curto prazo, as necessidades do país.

“As experiências mais interessantes em termos de relação políticas públicas/ território têm sido sobretudo, como sucede no domínio do ambiente, o resultado de estímulos externos”¹⁰³ como fundos europeus para intervenções integradas de base territorial.

Até ao momento não se assistiu a uma estratégia nacional eficaz de integração dos jovens em medidas de autonomização, como o Garantia Jovem pretendia ser, embora limitada no tempo. A dimensão política da autonomização dos jovens tem sido esquecida nas últimas décadas, eliminando-se algumas iniciativas anteriores mais dirigidas a esta fase da vida, como o crédito Jovem bonificado no princípio dos anos 2000. A habitação, como fator essencial da autonomização dos jovens, deve também ser considerada nas políticas de juventude de uma forma consistente, como incentivo do rejuvenescimento da população, já que é uma área que tem sido alvo de uma especulação desproporcional para os ordenados dos portugueses em geral e dos jovens em particular.

Aparentemente o governo não tem capacidade de fazer descer as suas medidas até esta escala e a governança ao nível local tem um âmbito de ação pouco replicável.

A gravidade da situação do envelhecimento da população deveria ser alvo de maior atenção dos poderes políticos e constituído um grupo de trabalho, à semelhança dos Alto

¹⁰¹ Valente, Dantas, Dominginhos, 2012; 8

¹⁰² Valente, Dantas, Dominginhos, 2012

¹⁰³ Ferrão, 2015, 333

Comissariados para a Prevenção da Toxicodependência nos anos 90 e para as Migrações, nos anos 2000.

Os exemplos acima desenvolveram políticas descentralizadas, que se fazem representar nos municípios, como os CLAIM (Centro Locais de Apoio à integração de Migrantes, do Alto Comissariado para as Migrações), os CIAC (Centros de Informação Autárquica ao Consumidor, da atual Direção Geral do Consumidor) que concretizam, com autonomia, a nível municipal, emanações de organismos centrais. A profissão do Técnico de Juventude seria um importante contributo na implementação destas políticas a nível descentralizado.

Algumas entidades externas podem posicionar-se na promoção da reflexão e coordenação de uma alavancagem destas áreas da intervenção municipal na autonomização dos jovens, como já aconteceu no âmbito do orçamento participativo.

Alguns estudos visam medir a performance de cidades ou territórios em áreas como a criatividade¹⁰⁴. Seria interessante, em estudos futuros, criar um ranking do município mais empreendedor ou do melhor município para os jovens se fixarem.

Alguns municípios servem de laboratórios a novas ferramentas e experiências, como Estarreja relativamente à validação de competências empreendedoras através de uma ferramenta construída num projeto europeu do qual fazem parte ou Cascais, como Emplay, um kit de ferramentas para promover a empregabilidade.

Alguns projetos muito interessantes recuperam profissões em desuso, como a carpintaria naval em Loulé, podendo ser um exemplo de promoção de emprego e recuperação de desempregados para sectores de atividades com falta de recursos humanos especializados.

Alguns municípios podem importar iniciativas, como a Cidade das Profissões, que existe pelo menos em Cascais e no Porto. Mas outros terão experiências cujos princípios interesse reproduzir, com as devidas adaptações, como Cascais e o seu «ecossistema empreendedor» (que já tem replicado parcialmente o modelo interna e externamente) ou o Fundão, com as medidas inovadoras de captação de talento para as empresas, que já foi procurado pela região espanhola da Extremadura para serem seus parceiros num parque ibérico de tecnologia agrícola.

Importante é encarar esta área com urgência, como uma prioridade e procurar agir concertadamente, olhando para o que os outros municípios fazem, para as necessidades dos jovens munícipes e do território.

¹⁰⁴ Rodrigues; Franco; (2019 a); Composite index to measure cities' creative performance: Na empirical study in the Portuguese context. Sustainability (Switzerland)

Referências Bibliográficas

AJAP; 2018; Guia de Boas Práticas Nacionais e Internacionais – Empreendedorismo agrícola – zonas de baixa intensidade, Associação Jovens Agricultores de Portugal

Amaro, Rogério Roque, 2006; Estudo Empresas de Inserção em Portugal- Trajectórias Percorridas e Caminhos para o Futuro, Relatório Síntese, PROACT, FSE

Amaro; Rogério Roque; 2003; Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria; ISCTE, Lisboa

Arndt, H. W.; 1987; Economic Development, The History of an Idea, The University of Chicago Press, Chicago and London

Ávila, Darlene; 2015; Empreendedorismo e (Des) Envolvimento Local: o propósito de uma intervenção educativa em rede; Tese de mestrado; Universidade de Coimbra.

Blokker, P.; Dallago, B.; (2008); Youth Entrepreneurship and Local Development in Central and Eastern Europe; Routledge; New York.

Censos 2021; Estimativas da População Residente em Portugal Adhoc_2020-21; Instituto Nacional de Estatística; Lisboa

CUPESSE, The Impact of Labour Market policies on Entrepreneurial Activities; 2015,

Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (2006); Educação para a Cidadania – Guião de Educação para o Empreendedorismo, Lisboa, Ministério da Educação

DYPALL; 2022; Quizz, Emprego ou Empreendedorismo, o que há para mim?; Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem; DYPALL – Developing Youth Participation at Local Level

DYPALL; 2022; Relatório Encontro Nacional de Vereadores; 30 de maio 2022 – Políticas Locais com Impacto na Atração e Fixação de Jovens, DYPALL

Eurofound (2015), Youth entrepreneurship in Europe: Values, attitudes, policies, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

Eurofound (2015), Youth entrepreneurship in Europe: Values, attitudes, policies, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

European Commission; 2004; Practical Handbook on Developing Local Employment Strategies in New Member States and Candidate Countries of the European Union; Employment & Social Affairs.

Eurydice; 2016; Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias, 2016

Ferrão, J.; 2015; Ambiente e Território: para uma nova geração de políticas públicas com futuro in Marques, Viriato Soromenho; Trigo, Paulo (ed.s); Afirmar o Futuro – Políticas Públicas para Portugal (vol.2), Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian; pp.328-336

Ferreira, Coordenação; 2022; Financiamento do empreendedorismo em Portugal; FFMS; Lisboa

Ferreira, Tatiana; Marinho, Luena; Vieira, Maria Manuel; Ferreira, Vitor Sérgio; 2019; Políticas Municipais de Juventude – Governança, Recursos, Apoios, OPJ- Observatório Permanente de Juventude; ICS; FCT; Universidade de Lisboa; IPDJ, I.P.

Guerra, Isabel; 2006; Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso, Principia, Estoril

Hespanha, e outros; 2000, Entre o Estado e o Mercado – As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal; Quarteto; Coimbra.

Hussain, M.; Bhuiyan, A.; Bakar, R.; 2014; Entrepreneurship and poverty alleviation: an Empirical Review in Journal of Asian Scientific Research; 2014.

Instituto Nacional de Estatística; 2022; Estimativas ad hoc de população residente em Portugal, 2020 e 2021; INE, Lisboa

Instituto Politécnico de Bragança; 2018; Relatório de avaliação final, Avaliação externa da 1^o e 2^a edição do Programa Empreende Já, Instituto Politécnico de Bragança, IPDJ, I.P., dezembro 2018

IPDJ, I.P.; 2022; Relatório Final Plano Nacional de Juventude, 2018-21, Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.

IPDJ, I.P.; 2015; Livro Branco da Juventude; Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.

Japsen; M.; Meulders, D.; 1998: Are local employment initiatives able to generate quality employment The impact on the female labour force; European Review of Labour and Research, vol.4, issue 3.

John, Peter; 2001; Local Government in Western Europe; Sage Publications, London

MIDGLEY, James; 1995; Social Development, The Development Perspective in Social Welfare, Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi

Moreira, Sandrina Berthault; Creso, Nuno; 2011; Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento; Revista de Economia, v.38, n.º 2, maio-ago 2012, Editora UFPR

Nobre, Nélia; 2012; (Des)Emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas; Configurações, n.º 10; pp.95-108

OECD; European Commission; 2012; Policy Brief on Youth Entrepreneurship – Entrepreneurial Activities in Europe; Luxembourg

Paul, Boadu; Oluwole, Fatunbi, A.; 2020; Characterization of Youth Employment Initiatives in selected African Countries: a synthesis report; vol.5 n.º 16; Fara

Pordata; Índice Envelhecimento por município; 2020; Fundação Francisco Manuel dos Santos; Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro

Rodrigues, M.; Franco, M.; 2021; Digital Entrepreneurship in Local Government: case study in municipality of Fundão; Sustainable Cities and Society, vol. 73; October 2021

Sagnier, Laura; Morell, Alex; 2021; Os Jovens em Portugal Hoje, FFMS, Lisboa

Sousa, Rute; 2022; Mais de 1000 engenheiros escolheram o Fundão para viver; *The Next Big Idea*; 15julho2022 (acedido a 31/10/2022)

Tavares, Inês Miguel; Carmo; Renato (2022), O Desemprego em Portugal e na Europa: Quão Penalizados Estão a Ser os Jovens?, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte

Teixeira, A.; Silva; C.; 2012; A new perspective on local political entrepreneurship: Evidence from Portugal; Local Economy; Sage.

UCCLA, Urbáfrica, 2006, Manual do curso Metas 2015- Responsabilidade Social – Um Programa de Formação em Educação para o Desenvolvimento

Valente, F.; Dantas, J.; Dominginhos, P.; 2012; Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional: o caso DNA Cascais in 14.º Workshop APDR; ESCE; Instituto Politécnico de Setúbal

Vieira, Mª Manuel e Ferreira, Vitor Sérgio (Coords.); 2019; Juventude(s) do Local ao Nacional – que Intervenção?; Edições Afrontamento, Porto

Zouhar, J.; Lukes, Martin; Hörisch, F.; Tosun, J.; (2015), The Impact of Labour Market Policies on Entrepreneurial Activities; 2015; European Policy Brief; CUPESSE

ANEXOS

A - Lista de Municípios de Baixa Densidade¹⁰⁵

- 1) Abrantes
- 2) Aguiar da Beira
- 3) Alandroal
- 4) Alcácer do Sal
- 5) Alcoutim
- 6) Alfândega da Fé
- 7) Alijó
- 8) Aljezur
- 9) Aljustrel
- 10) Almeida
- 11) Almodôvar
- 12) Alter do Chão
- 13) Alvaiázere
- 14) Alvito
- 15) Ansião
- 16) Arcos de Valdevez
- 17) Arganil
- 18) Armamar
- 19) Arouca
- 20) Arraiolos
- 21) Arronches
- 22) Avis
- 23) Baião
- 24) Barrancos
- 25) Beja
- 26) Belmonte
- 27) Borba
- 28) Boticas
- 29) Bragança
- 30) Cabeceiras de Basto
- 31) Campo Maior
- 32) Carraceda de Ansiães
- 33) Carregal do Sal
- 34) Castanheira de Pêra
- 35) Castelo Branco
- 36) Castelo de Vide
- 37) Castro Daire
- 38) Castro Marim

¹⁰⁵ AJAP; 2018; Guia de Boas Práticas Nacionais e Internacionais – Empreendedorismo agrícola – zonas de baixa intensidade, Associação Jovens Agricultores de Portugal

- 39) Castro Verde
- 40) Celorico da Beira
- 41) Celorico de Basto
- 42) Chamusca
- 43) Chaves
- 44) Cinfães
- 45) Constância
- 46) Coruche
- 47) Covilhã
- 48) Crato
- 49) Cuba
- 50) Elvas
- 51) Estremoz
- 52) Évora
- 53) Fafe
- 54) Ferreira do Alentejo
- 55) Ferreira do Zêzere
- 56) Figueira de Castelo Rodrigo
- 57) Figueiró dos Vinhos
- 58) Fornos de Algodres
- 59) Freixo de Espada à Cinta
- 60) Fronteira
- 61) Fundão
- 62) Gavião
- 63) Góis
- 64) Gouveia
- 65) Grândola
- 66) Guarda
- 67) Idanha-a-Nova
- 68) Lamego
- 69) Lousã
- 70) Mação
- 71) Macedo de Cavaleiros
- 72) Mangualde
- 73) Manteigas
- 74) Marvão
- 75) Mêda
- 76) Melgaço
- 77) Mértola
- 78) Mesão Frio
- 79) Miranda do Corvo
- 80) Miranda do Douro
- 81) Mirandela
- 82) Mogadouro
- 83) Moimenta da Beira
- 84) Monção
- 85) Monchique
- 86) Mondim de Basto
- 87) Monforte
- 88) Montalegre
- 89) Montemor-o-Novo
- 90) Mora

- 91) Mortágua
- 92) Moura
- 93) Mourão
- 94) Murça
- 95) Nelas
- 96) Nisa
- 97) Odemira
- 98) Oleiros
- 99) Oliveira de Frades
- 100) Oliveira do Hospital
- 101) Ourique
- 102) Pampilhosa da Serra
- 103) Paredes de Coura
- 104) Pedrógão Grande
- 105) Penacova
- 106) Penalva do Castelo
- 107) Penamacor
- 108) Penedono
- 109) Penela
- 110) Peso da Régua
- 111) Pinhel
- 112) Ponte da Barca
- 113) Ponte de Sor
- 114) Portalegre
- 115) Portel
- 116) Póvoa de Lanhoso
- 117) Proença-a-Nova
- 118) Redondo
- 119) Reguengos de Monsaraz
- 120) Resende
- 121) Ribeira de Pena
- 122) Sabrosa
- 123) Sabugal
- 124) Santa Comba Dão
- 125) Santa Marta de Penaguião
- 126) Santiago do Cacém
- 127) São João da Pesqueira
- 128) São Pedro do Sul
- 129) Sardoal
- 130) Sátão
- 131) Seia
- 132) Sernancelhe
- 133) Serpa
- 134) Sertã
- 135) Sever do Vouga
- 136) Soure
- 137) Sousel
- 138) Tábua
- 139) Tabuaço
- 140) Tarouca
- 141) Terras de Bouro
- 142) Tondela

- 143) Torre de Moncorvo
- 144) Trancoso
- 145) Valpaços
- 146) Vendas Novas
- 147) Viana do Alentejo
- 148) Vidigueira
- 149) Vieira do Minho
- 150) Vila de Rei
- 151) Vila do Bispo
- 152) Vila Flor
- 153) Vila Nova da Barquinha
- 154) Vila Nova de Cerveira
- 155) Vila Nova de Foz Côa
- 156) Vila Nova de Paiva
- 157) Vila Nova de Poiares
- 158) Vila Pouca de Aguiar
- 159) Vila Real
- 160) Vila Velha de Ródão
- 161) Vila Verde
- 162) Vila Viçosa
- 163) Vimioso
- 164) Vinhais
- 165) Vouzela